

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

CRISTINA BETTIO BRAGAGNOLO

**O TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL: Mediações e desafios no plantão social junto às famílias usuárias**

PORTO ALEGRE

2018

CRISTINA BETTIO BRAGAGNOLO

O TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: Mediações e desafios no plantão social junto às famílias usuárias

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Departamento de Serviço Social.

Orientadora: Alzira Maria Baptista Lewgoy

PORTO ALEGRE

2018

CIP - Catalogação na Publicação

Bragagnolo, Cristina Bettio

O TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: Mediações e desafios no plantão social junto às famílias usuárias / Cristina Bettio Bragagnolo. -- 2018.

96 f.

Orientador: Alzira Maria Baptista Lewgoy.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Psicologia, Curso de Serviço Social, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. Plantão social. 2. Política de Assistência Social. 3. Neoliberalismo. 4. Trabalho dos/as assistentes sociais com famílias. 5. Políticas sociais. I. Lewgoy, Alzira Maria Baptista, orient. II. Título.

CRISTINA BETTIO BRAGAGNOLO

O TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: Mediações e desafios no plantão social junto às famílias usuárias

Trabalho de conclusão de curso de apresentação no Curso de Serviço Social do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Aprovado em: _____ de _____ de 2018

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Alzira Maria Baptista Lewgoy
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS (Orientadora)

Prof. Dr. Tiago Martinelli
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS (Arguidor)

AGRADECIMENTOS

Ubuntu, eu sou, porque nós somos!

Aos meus pais, Nadia e Pedrinho, a quem devo toda a gratidão por terem tornado tudo possível, desde o princípio, minha base e sustentação.

Às minhas amigas e colegas, Renata e Fran, com quem dividi as angústias diárias, tornando tudo mais leve e com um humor inigualável. Fran, já te falei que meu diploma é metade teu; foi âncora em todas as fases da graduação, em todos os surtos, minha dupla de todos os trabalhos, minha amiga da graduação para a vida.

Ao meu namorado, Renan, pela paciência e compreensão, pela escuta diária, pelos conselhos, por aguentar os surtos tão constantes e rotineiros, por ter sido meu ombro amigo e meu colo nesse tempo, por compreender as ausências e por ter sido meu incentivador por anos.

À todas minhas amigas que sempre compreenderam a ausência em muitos momentos e nunca desistiram de mim.

À minha orientadora, Alzira Baptista Lewgoy, pelo norte, paciência, por compreender meu jeito explosivo e sempre ter acreditado em mim e no meu potencial.

À minha supervisora de Estágio, Daiana dos Santos, por ter me acolhido e ter me orientado durante o processo de estágio, acima de tudo por ser esse espelho de profissional e essa pessoa maravilhosa.

À Pequena Casa da Criança, instituição que me acolheu e me deu abertura para realizar e crescer.

*“A mente que se abre a uma nova ideia jamais
voltará ao seu tamanho original”*

(Albert Einstein)

RESUMO

O presente trabalho constitui-se como pré-requisito para a conclusão do curso de Serviço Social visando à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, produto do Estágio Curricular Obrigatório I, II e III realizado em uma entidade privada sem fins lucrativos localizada no município de Porto Alegre. Tem como objeto de análise e intervenção o espaço do Plantão Social. Objetiva-se apresentar a principal temática a ser abordada nesse trabalho, o atendimento às famílias usuárias do plantão social da Política de Assistência Social, uma análise histórica da constituição das políticas sociais e da respectiva política de assistência social até os dias de hoje e de que forma elas vem se desenvolvendo em uma conjuntura neoliberal de desmontes de direitos sociais. Nesse cenário, atuam os (as) trabalhadores dessas políticas, como os (as) assistentes sociais, desafiados (as) a exercer seu trabalho com recursos cada vez mais escassos e encontram-se as famílias usuárias, cada vez mais atingidas por esse processo de redução estatal e agravamento das expressões da questão social. Deparando-se com tamanhas vulnerabilidades no cotidiano, essas famílias passam a acessar programas e políticas sociais, com demandas muito mais agravadas e emergenciais, principalmente no que tange à satisfação das necessidades básicas. Percebendo-se a importância do tema e dos desafios expostos pelo mesmo, apresenta-se como resultado as reflexões acerca da experiência do estágio curricular obrigatório junto às famílias, bem como a socialização dos dados obtidos pela pesquisa de caráter documental a qual se propõe, dentre outros objetivos, a delimitar o perfil dos (as) usuários (as) do Plantão Social realizado nessa instituição, com vistas à possível posterior qualificação do trabalho realizado pelo assistente social desse espaço.

Palavras-chave: Plantão social; Política de Assistência Social; Neoliberalismo; Políticas sociais; Trabalho dos/das assistentes sociais; Trabalho com famílias.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Exercício: 2017 – Recursos destinados à Política de Assistência Social	29
Quadro 2- Formas de obtenção de renda e/ou ocupação dos/das usuários/as que acessaram ao Plantão Social da Pequena Casa da Criança no período de 2015 à outubro de 2017.....	65
Quadro 3- Principais vulnerabilidades sociais e/ou expressões da questão social observadas/ relatadas pelos/ pelas usuários/as que acessaram ao Plantão Social da Pequena Casa da Criança no período de 2015 à outubro de 2017.....	71
Quadro 4- Demandas recorrentes dos/das usuários/as que acessaram ao Plantão Social da Pequena Casa da Criança no período de 2015 à outubro de 2017.....	72

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1- Sexo/gênero dos/das usuários/as que acessaram ao Plantão Social da Pequena Casa da Criança no período de 2015 à outubro de 2017.....	53
GRÁFICO 2- Faixa etária dos/das usuários/as que acessaram ao Plantão Social da Pequena Casa da Criança no período de 2015 à outubro de 2017.....	54
GRÁFICO 3- Idade predominante dos/das usuários/as que acessaram ao Plantão Social da Pequena Casa da Criança no período de 2015 à outubro de 2017.....	55
GRÁFICO 4- Estado civil dos/das usuários/as que acessaram ao Plantão Social da Pequena Casa da Criança no período de 2015 à outubro de 2017.....	56
GRÁFICO 5- Cor/Etnia autodeclarada dos/das usuários/as que acessaram ao Plantão Social da Pequena Casa da Criança no período de 2015 à outubro de 2017.....	57
GRÁFICO 6- Taxa de escolaridade dos/das usuários/as que acessaram ao Plantão Social da Pequena Casa da Criança no período de 2015 à outubro de 2017.....	58
GRÁFICO 7- Renda per capita dos/das usuários/as que acessaram ao Plantão Social da Pequena Casa da Criança no período de 2015 à outubro de 2017.....	59
GRÁFICO 8- Situação da moradia dos/das usuários/as que acessaram ao Plantão Social da Pequena Casa da Criança no período de 2015 à outubro de 2017.....	60
GRÁFICO 9- Material da moradia dos/das usuários/as que acessaram ao Plantão Social da Pequena Casa da Criança no período de 2015 à outubro de 2017.....	61
GRÁFICO 10- Existência ou não de banheiro na residência dos/das usuários/as que acessaram ao Plantão Social da Pequena Casa da Criança no período de 2015 à outubro de 2017.....	62
GRÁFICO 11- Situação do acesso ou inexistência de acesso à energia elétrica da residência dos/das usuários/as que acessaram ao Plantão Social da Pequena Casa	

da Criança no período de 2015 à outubro de 2017.....	63
GRÁFICO 12- Situação do acesso ou inexistência de acesso à água da residência dos/das usuários/as que acessaram ao Plantão Social da Pequena Casa da Criança no período de 2015 à outubro de 2017.....	64
GRÁFICO 13- Inserção em outros programas sociais e serviços dos/das usuários/as que acessaram ao Plantão Social da Pequena Casa da Criança no período de 2015 à outubro de 2017.....	66
GRÁFICO 14- Taxa de desocupação das pessoas de 16 anos ou mais de idade, por cor ou raça, segundo níveis de instrução – Brasil – 2016.....	69
GRÁFICO 15- Serviço de ingresso dos/as usuários/as do plantão social da Pequena Casa da Criança na respectiva instituição.....	73

LISTA DE SIGLAS

CAPs- Caixas de Aposentadorias e Pensões
CBAS – Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
Centro POP- Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua
CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas
CMDCA- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CNAS- Conselho Nacional de Assistência Social
CNSS- Conselho Nacional de Serviço Social
CRAS- Centro de Referência de Assistência Social
CREAS- Centro de Referência Especializado de Assistência Social
FASC- Fundação de Assistência Social e Cidadania
FUNCRIANÇA- Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
IAPS- Institutos de Aposentadorias e Pensões
IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LBA- Legião Brasileira de Assistência
LOAS- Lei Orgânica da Assistência Social
NOB-SUAS- Norma Operacional Básica do SUAS
ONG – Organização Não-Governamental
OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PAIF- Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PAEFI- Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PNAD- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAS- Política Nacional de Assistência Social
PT – Partido dos Trabalhadores
PRN- Partido da Reconstrução Nacional
PROCEN PA- Processamento Municipal de Dados de Porto Alegre
SPSS- Statistical Package for the Social Sciences
SMED – Secretaria Municipal de Educação
SUAS- Sistema Único de Assistência Social
UFRGS- Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 A CONSTITUIÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: O PROCESSO DE TRANSIÇÃO DA BENEVOLÊNCIA PARA A EFETIVAÇÃO DO DIREITO.....	17
2.1 CONTRADIÇÕES DA EFETIVAÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS EM UM CONTEXTO NEOLIBERAL DE DESMONTE DE DIREITOS E DESRESPONSABILIZAÇÃO ESTATAL: A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM ANÁLISE.....	24
2.2 UMA INSTITUIÇÃO SEXAGENÁRIA: PEQUENA CASA DA CRIANÇA.....	33
3 O TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS INSERIDAS NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS SOCIAIS E DO PLANTÃO SOCIAL.....	37
3.1 FAMÍLIAS, TRABALHO COM FAMÍLIAS E MATRICIALIDADE SOCIOFAMILIAR.....	40
3.2 O TRABALHO DOS/DAS ASSISTENTES SOCIAIS NO PLANTÃO SOCIAL DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: MEDIAÇÕES E DESAFIOS.....	45
4 CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA E ECONÔMICA DOS (AS) USUÁRIOS (AS) DO PLANTÃO SOCIAL DA PEQUENA CASA DA CRIANÇA.....	51
5 CONCLUSÕES.....	76
REFERÊNCIAS.....	79
ANEXOS.....	88
ANEXO A- Participação dos Entes nos Gastos com Assistência Social.....	88
ANEXO B- Gráfico sobre os investimentos do município de Porto Alegre, por política no ano de 2016.....	89
ANEXO C- População ocupada por atividades, segundo o sexo (2009).....	90
ANEXO D- Distribuição da população ocupada, por formas de inserção, segundo o sexo (2009).....	91
ANEXO E - Percentual das pessoas de 16 anos ou mais de idade desocupadas na semana de referência, segundo o sexo e a cor ou raça - Brasil - 2014/2016....	92
ANEXO F- Parecer consubstanciado do CEP para realização da pesquisa.....	93

1 INTRODUÇÃO

Considerando os conceitos de subjetividade, objetividade e singularidade¹ apresentados pela psicologia inicia-se a apresentação de uma trajetória iniciada muito antes da graduação, mas na formação de subjetividade a qual leva cada pessoa a escolher um caminho a ser trilhado.

Lembranças de um passado nem tão recente remetem-me a uma menina sonhadora, questionadora e crítica, a qual não se conformava com qualquer resposta ou qualquer explicação que lhe eram dadas. Quando adolescente, essas inquietações foram aumentando e os questionamentos também, principalmente diante da desigualdade social que começava a se observar no cotidiano. As injustiças e as diferenças como denominava na época saltavam-lhe aos olhos e incomodavam como espinhos na garganta. Desde então nunca parou de se questionar e questionar o mundo, de refletir, de discutir e de tentar tornar as coisas um pouco mais justas do que se apresentavam.

Assim, fora-se formando sua subjetividade, por meio da objetividade e contradições do sistema aliados a uma personalidade questionadora e investigativa, o óbvio, o que lhe era dado em um primeiro momento como certo nunca lhe convencera. Tendo trocado de escola inúmeras vezes e tendo sido taxada de problemática outras inúmeras vezes, começava-se lentamente a perceber que o problema não estava em seu subjetivo, mas sim por lhe oferecerem prisões e grades ao pensamento enquanto só se buscava asas. Pediam-lhe silêncio quando se queria gritar, quando se buscava compreender porque as pessoas não enxergavam o mundo da mesma maneira.

Dessa maneira, a escolha pelo Serviço Social deu-se devido ao processo de construção de subjetividade, além da crença de que essas desigualdades sempre tão gritantes pudessem ser amenizadas e que se poderia contribuir com isso de alguma forma. As trocas humanas também sempre lhe encantaram. Por mais que lhe fosse dito que o conhecimento é representado por um diploma ou pelo que é aprendido na escola, sempre se acreditou que o conhecimento vem do cotidiano, das lutas diárias

¹ A subjetividade humana constitui-se enquanto algo “que é interno, numa relação dialética com a objetividade, que se refere ao que é externo. É compreendida como processo e resultado, algo que é amplo e que constitui a singularidade de cada pessoa” (SILVA, 2009)

e das resistências das pessoas, que devem ser valorizadas muito mais que qualquer grau de instrução.

O presente trabalho constitui-se como produto da trajetória pessoal e também acadêmica da discente, desenvolvida no curso de graduação em Serviço Social da UFRGS no período de 2014 a 2018 e, mais especificamente, da experiência de Estágio Curricular Obrigatório I, II e III, por meio do embasamento teórico fornecido pela graduação com base na teoria dialético-crítica, visto que esta “[...] evita abordagens unilaterais, monocausais, idealistas, funcionalistas e a-históricas” (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 26). Sendo assim, permite-se uma análise da totalidade, considerando a historicidade dos fenômenos e também uma análise da realidade como um todo em constante modificação.

Além do que já fora citado, o presente trabalho de conclusão constitui-se como a junção de um “quebra-cabeças” do período da graduação. E, quando as peças adquiridas no processo unem-se neste trabalho, formam o quebra-cabeça do conhecimento, construído e lapidado diariamente, desde o início do curso de Serviço Social, permitindo que se realize um feedback da formação e uma análise da totalidade da mesma.

O Estágio Curricular Obrigatório fora realizado em uma instituição do chamado terceiro setor, ou seja, uma ONG, com vistas ao atendimento de interesses públicos, denominada Pequena Casa da Criança, assim conhecida e reconhecida na comunidade em que está inserida e na qual resiste há 61 anos desenvolvendo trabalhos junto às mais diversas faixas etárias desde a infância até a terceira idade. O tema abordado vincula-se ao trabalho dos/das profissionais do Serviço Social na Política de Assistência Social junto às famílias usuárias do Plantão Social, mais especificamente nesse espaço desenvolvido na Pequena Casa da Criança.

O território de abrangência desta instituição, enquanto “chão da vida social em movimento da luta de classes” (ABREU, 2016), constitui-se muito mais do que um espaço geográfico marcado pela desigualdade e evidente abandono do poder público, bem como vai muito além do contraste de grandes casas estruturadas e casebres de madeira, da rua de chão batido ao asfalto e do saneamento básico ao esgoto a céu aberto. Mas apresenta-se como as formas de vivências e resistências de uma população diante das contradições que lhes são apresentadas.

Assim, superando a superficialidade e aparência dos fenômenos, apresentadas em um primeiro momento como o desemprego, a fome, a miséria, ou seja, algumas

expressões da questão social, das quais, por meio de um processo de reflexão desses fenômenos, encontramos suas raízes nas contradições e a exploração do capital pelo trabalho. Exploração esta que privilegia os interesses de uma classe sobre outra, visto que, segundo Marx, a crítica aos fenômenos: “não arranca flores imaginárias dos grilhões para que os homens suportem os grilhões sem fantasia e consolo, mas para que se livrem deles e possam brotar as flores vivas” (MARX, 1977).

Ao contrário do que se espera de uma proteção social pública, estatal e de direito de todos os cidadãos, o Estado atual, de caráter neoliberal, acaba se retraindo diante de suas obrigações e facilitando sua atuação por meio dos convênios criados com instituições filantrópicas, ONGS e OSCIPS do dito terceiro setor. Dessa forma, essas instituições, mesmo que, ao contrário do se espera, entram em cena para buscar prover o mínimo necessário a essas comunidades marcadas pela vulnerabilidade social e pela desproteção, como a Vila Maria da Conceição. A contradição presente entre a proteção social pública e estatal e o atual quadro de desmontes dessas políticas, acaba gerando uma terceirização em massa dos serviços.

Sendo assim, o capítulo dois tem como objetivo analisar de que forma a ofensiva neoliberal incide sobre os direitos sociais da população em consonância ao desmonte das políticas sociais públicas, sendo que, por política social, entende-se enquanto um processo e “resultado de relações complexas e contraditórias que se estabelecem entre Estado e sociedade civil, no âmbito dos conflitos e luta de classes que envolvem o processo de produção e reprodução do capitalismo” (SANTOS, 2009, n/p).

Portanto, para compreensão da atual conjuntura das políticas sociais, o respectivo capítulo propõe-se a realizar um resgate histórico da constituição das políticas sociais, principalmente em âmbito brasileiro, além de propor a reflexão sobre a importância da discussão das políticas sociais no interior da categoria profissional do Serviço Social, com o auxílio das disciplinas de Fundamentos do Serviço Social e outras de políticas sociais específicas que compõem a seguridade social realizada no curso e outros materiais pesquisados posteriormente.

Após esse apanhado geral, analisou-se mais especificamente a política de assistência social, sua história e constituição atual em um contexto macro (nacional) e micro (município de Porto Alegre), com base nas disciplinas de Seguridade Social: Assistência Social e disciplina de Análise e Avaliação de Políticas Públicas da qual

fora utilizado dados e constatações do trabalho realizado para a disciplina. Por fim, situou-se a referida instituição de realização do Estágio nesse contexto de desmontes e analisou-se a mesma com base na análise sócio institucional, realizada durante o Estágio Curricular Obrigatório I.

O capítulo três e seus subcapítulos têm como objetivo analisar sobre o trabalho dos/das assistentes sociais com famílias usuárias das políticas sociais, mais especificamente na política de assistência social, a qual prevê a matricialidade sócio-familiar, bem como no contexto do plantão social, dos quais estão associados à experiência de estágio. Durante as vivências nesse espaço, observou-se que esse espaço denominado historicamente pela instituição como de “atendimento a livre demanda da comunidade” acabou se tornando um espaço de atendimentos mais pontuais voltados à satisfação de necessidades básicas como alimentação, higiene básica, doação de fraldas, doação de leite em pó, doação de roupas e doações em geral.

Analisou-se, assim, que o plantão social era caracterizado por atendimentos rápidos e, em sua maioria, de caráter emergencial, mas que, devido à grande vulnerabilidade social das famílias da comunidade, eram essenciais. Sendo assim, propôs-se inicialmente à realização de um projeto de intervenção nesse espaço com o objetivo de proporcionar um espaço renovado de escuta e desvelamento das demandas iniciais.

Para além das estratégias criadas que serão descritas no capítulo 3, sentiu-se a necessidade de realizar uma pesquisa quantitativa, qualitativa, documental para delimitar um perfil sócio-econômico e demográfico dos/das usuários/as que acessam ou acessaram ao plantão social da Pequena Casa da Criança no período de 2015 a 2017. Para tanto, foram necessárias as fichas atualizadas, ou seja, de acordo com o modelo de ficha vigente, para, por meio dos dados, qualificar esse espaço e instrumentalizar o trabalho da assistente social. Os dados obtidos na pesquisa realizada estão descritos no capítulo 4 deste trabalho.

Para a realização da pesquisa também fora de extrema importância as disciplinas de Pesquisa I e II, as quais permitiram o primeiro contato com a pesquisa, bem como as discussões realizadas no processo de supervisão acadêmica, as quais foram essenciais na construção do quebra-cabeça visto que complementou o trabalho por meio da realização de uma pesquisa bibliográfica sobre o plantão social, seus desafios e percepções pelo olhar da categoria profissional, com base nas

comunicações orais apresentadas nos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais de 1996 (ano de implementação das atuais diretrizes curriculares do Serviço Social) a 2016 (ano de realização da pesquisa).

2 A CONSTITUIÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: O PROCESSO DE TRANSIÇÃO DA BENEVOLÊNCIA PARA A EFETIVAÇÃO DO DIREITO

Discutir a emergência das políticas sociais no contexto mundial e brasileiro, deve-se à importância do tema para a compreensão das políticas sociais na conjuntura atual, considerando que as mesmas constituem-se como construções históricas. Além disso, essa discussão é primordial para o processo de formação e futuro exercício profissional.

Essa discussão faz-se ainda mais necessária em um contexto de investida neoliberal que vivemos atualmente para compreender como chegamos à atual conjuntura de desmonte dos direitos sociais conquistados historicamente e como as políticas vêm se inserindo no contexto político, social e econômico na visão dos diferentes projetos societários das distintas classes sociais no contexto histórico mundial e brasileiro.

O Serviço Social e as políticas sociais estão historicamente associados e se relacionam diretamente, ao passo que as políticas sociais surgem como uma proposta de intervenção do Estado, a partir da década de 1930 no governo Vargas para enfrentamento da questão social que, até então, e mesmo algum tempo depois, era vinculada à filantropia, à ação da Igreja Católica e a uma questão moral e/ou policial. Acompanhando a emergência das políticas sociais, entra em cena também a profissionalização do Serviço Social, ou seja, “[...] há um vínculo estrutural entre a constituição das políticas sociais e o surgimento dessa profissão na divisão social e técnica do trabalho” (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 13).

Durante décadas, após o surgimento das políticas sociais no Brasil, bem como das ações do Serviço Social, ambas mantinham-se vinculadas ao seu caráter confessional e religioso emergente, principalmente pelo fato de o Estado manter “parcerias” com as Igrejas. Essas “parcerias” que também conhecemos hoje, mas com outro caráter, naquela época davam-se por meio de isenção de impostos e “troca de favores”.

Da mesma forma, o Serviço Social também mantém seu caráter confessional e filantrópico característicos de sua emergência, até o movimento de reconceituação da profissão na década de 1960. Nesse contexto de renovação da profissão e da categoria profissional, na década de 1980, adéqua-se a teoria do Serviço Social para

estar condizente com seu novo projeto societário, aliando-se a teoria social crítica e que irá trazer à profissão uma nova leitura das políticas sociais, mesmo que após algumas leituras unilaterais no início da década de 1980.

O tema das políticas sociais tem sido central para o Serviço Social, seja nas pesquisas, nos debates, seminários, congressos. Sua importância para a categoria profissional, como já dito anteriormente, está muito relacionada ao fato de mesmo que ambas tenham um vínculo estrutural, distanciaram-se durante um bom tempo, visto que o tema não foi pauta para o Serviço Social até o movimento de reconceituação da profissão. Isso pode ser explicado pelo fato de a profissão, até então, estar muito mais preocupada ao enquadramento dos sujeitos e sua “recuperação” (MIOTO; NOGUEIRA, 2013).

Considerando que defendemos que o trabalho profissional esteja vinculado ao atual projeto ético-político, devemos sentir-nos na obrigação de colocar “em cheque” assuntos essenciais ao trabalho profissional que foram tratados como distantes durante muito tempo. No entanto, apesar de se propor a uma análise histórica dessa temática, o enfoque desse trabalho será mais voltado à política de assistência social, que inserida no contexto de emergência das políticas sociais assumiu as características históricas e conjunturais da época, levando essa carga e alguns resquícios por muito tempo, inclusive após ser promulgada como direito, e não mais como benesse, pela Constituição de 1988.

Seguindo a lógica exposta por Behring e Boschetti (2008), as políticas sociais irão surgir relacionadas a algumas perspectivas. Do ponto de vista histórico, relaciona-se o surgimento das mesmas à emergência da questão social e das suas expressões; do ponto de vista econômico, relaciona-se às políticas sociais, às formas de produção e reprodução do capitalismo, bem como à vida da classe trabalhadora; do âmbito político os interesses e disputas de projetos societários influenciados pela relação de forças entre Estado e classe trabalhadora. Vale ressaltar ainda que esses aspectos não anulam uns aos outros, e não são dissociáveis; são constituintes da totalidade.

As políticas sociais no contexto mundial surgem sem uma data específica, mas estritamente relacionadas, dentre outros fatores, ao crescimento do capitalismo, decorrente da revolução industrial e da passagem do capitalismo concorrencial para o monopolista. Essa transição do capitalismo pode ser resumida em uma grande junção das empresas baseadas na concorrência, o aumento dos preços dos produtos,

crescimento da acumulação capitalista, introdução de maquinários e o início da substituição da mão de obra humana (BEHRING; BOSCHETTI, 2008).

Antes das políticas sociais, propriamente ditas e conhecidas atualmente pela intervenção estatal nas expressões da questão social (IAMAMOTO, 2015) já haviam algumas ações voltadas à classe trabalhadora, mas ainda muito ligadas à ação da igreja, medidas filantrópicas e paliativas. Destacam-se, nessa ótica, algumas legislações criadas na Inglaterra que, segundo Castel (1998), tinham um apelo muito mais coercitivo e de controle da vida da classe trabalhadora, como, por exemplo, o Estatuto dos Trabalhadores de 1349, Nova Lei dos Pobres de 1834, datadas de antes da Revolução Industrial ou em sua emergência.

Uma exceção a essas leis anteriores fora a lei Speenhamland (1775), a qual se caracterizou por ser um pouco menos repressiva em comparação às anteriores. Seguindo a lógica de Castel (1998), ela garantia uma assistência social aos trabalhadores que ganhavam abaixo de um determinado valor e aos desempregados, dando-lhes um valor em dinheiro e, em contrapartida, estes se manteriam no local de trabalho, visto que a lei proibia a mobilidade geográfica para o trabalho. Após a abolição dessa lei em 1834, as ações assistenciais voltam a ser totalmente filantrópicas, voltando a reaparecer a intervenção do Estado, posteriormente com as mobilizações sociais e lutas da classe trabalhadora como, por exemplo, pela redução da jornada de trabalho.

As lutas representaram uma forte resistência e tomada da consciência coletiva da classe trabalhadora para combater os reflexos no capitalismo sobre os indivíduos e para superação do ideal liberal predominante no Século XIX. Essas lutas, no entanto, em alguns casos levaram décadas, demonstrando o quanto todo e qualquer direito conquistado pelo proletariado, na história e ainda nos dias de hoje, fere aos interesses da burguesia, os quais são defendidos pelo Estado que ao oferecer os mínimos sociais ao povo e o máximo ao capital, demonstra de qual lado se propõe atuar e as quais interesses atende.

Superando o ideário liberal e aprovando as demandas, de forma mínima, da classe trabalhadora, cada país adquiriu suas características e vitórias com base na organização dos movimentos, conjuntura, adesão do Estado, não havendo uma uniformidade nos mesmos. Contudo, os autores são unânimes ao situar o final do século XIX como o “[...] período em que o Estado capitalista passa a assumir e a

realizar ações sociais de forma mais ampla, planejada, sistematizada e com caráter de obrigatoriedade” (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 64).

Ao analisar o processo histórico de constituição do sistema capitalista, pode-se afirmar que o capitalismo passou por cima de tudo e de todos para alcançar o seu objetivo final, a acumulação. Moldou tudo para atender a seus interesses, deixou famílias na miséria para enriquecer, modificou valores até então instituídos e retirou direitos (muitos dos quais, até então inexistentes), resultando nas mais perversas formas do trabalho e outras consequências nefastas: o trabalho como mercadoria, a concorrência, a acumulação, a exploração, a urbanização, a miséria, a fome, a propriedade privada e a desigualdade social.

É nesse contexto que começam a surgir as populações sobrantes², principalmente devido à inserção de novas tecnologias e maquinários, tendo como consequência a formação de grandes aglomerações nos centros urbanos marcados pela pobreza, emergindo a chamada questão social, entendida como:

O conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade. [...] sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivem as desigualdades e a ela resistem e se opõem (IAMAMOTO, 2015, p. 27-28).

Vale ressaltar ainda que, nesse contexto, as políticas sociais alcançam seu “auge” com algumas propostas mais universalistas do que antes com a implementação do Welfare State que inúmeros autores irão denominar como “os anos de ouro das políticas sociais” ou “os anos dourados”. Ainda nesse período, um dos princípios do modelo de Bem-Estar Social mantinha a assistência social voltada somente aos considerados “inativos” aos olhos do sistema, ou seja, idosos, crianças e deficientes, não se constituindo como uma política universal. Sabe-se que houve, no período após a Segunda Guerra Mundial, uma melhora significativa no que tange às políticas sociais, mas não podemos afirmar que o Estado de Bem-Estar Social, propriamente dito, fora implementado em todos os países.

O Brasil no surgimento do seu processo de industrialização e consequente criação das políticas sociais apresentou algumas semelhanças ao contexto mundial,

² Populações excluídas do mercado de trabalho

mas também várias divergências devidas principalmente aos seus processos tardios de independência, industrialização e extenso processo de escravidão. A escravidão trouxe, dentre tantas consequências cruéis, a influência na ideia do trabalho livre e na organização da classe trabalhadora, visto que o trabalho livre em nosso país:

[...] em vez de fomentar a competição e o conflito, ele nasce fadado a articular-se, estrutural e dinamicamente, ao clima de mandonismo, do paternalismo e do conformismo, imposto pela sociedade existente, como se o trabalho livre fosse um desdobramento e uma prolongação do trabalho escravo (FERNANDES, 1987, p. 193).

Considerando o que fora exposto, Behring e Boschetti (2008) apontam que isso veio a retardar a presença dos movimentos da classe trabalhadora em nosso país, que entraram em cena somente no século XX e quando isso acontece são duramente reprimidos pelo Estado, mas conseguem introduzir uma posição do Estado frente à questão social que já era existente no país, ao cenário político no século no XX. Anteriormente, já existiam algumas legislações que atendiam aos trabalhadores, mas pontuais e escassas, como, por exemplo, a conquista do direito à pensão e a 15 dias de férias para algumas categorias de trabalhadores no ano de 1889.

Com a entrada no século XX, outras conquistas começam a ser implementadas devido, principalmente, ao crescimento dos movimentos dos trabalhadores como a criação e regularização dos sindicatos, fazendo com que em 1911 a jornada de trabalho fosse reduzida para 12 horas diárias. Em 1919, regulamenta-se a questão dos acidentes de trabalho. Em 1923, instituem-se as Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs); em 1926, os Institutos de Aposentadoria e Pensões, dentre outros. No entanto, observa-se que foram conquistas duras pelos movimentos trabalhistas, mas ainda legislações paliativas, nem sempre reconhecidas e efetivadas, visto que o liberalismo vigente no país na época “não comportava a questão dos direitos sociais” (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 81).

Sendo assim, a década de 1930 para o Brasil fora histórica, visto que a economia, até então, era mantida pela agricultura cafeeira e com a crise externa de 1929 acaba sofrendo interferências sem mercado para exportar os produtos. Assim surgem novas formas de se fazer economia no país, incluindo algumas iniciativas da indústria em expansão. Até esse momento, a questão social era uma questão principalmente de polícia e/ou filantropias paliativas e o Governo Vargas passa a enfrentá-la a partir desse momento como uma questão política, com grande

destaque aos direitos trabalhistas que se iniciou nesse período e foram se desenvolvendo ao longo das décadas.

Destaca-se nessa década a criação do Ministério do Trabalho, da carteira de trabalho, a expansão da previdência social com as IAPS; e já, em 1943, a criação da CLT . Outras ações que podem se destacar foram a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, que se separaram posteriormente.

Sabe-se, então, que inicialmente a questão da assistência fora tratada, primeiramente de forma repressiva, culpabilizadora, policialesca e até mesmo sendo considerada como cura a uma dita “doença” e, posteriormente, passou a ser tratada como filantropia associada à igreja católica. Considerando a inserção dessas novas legislações voltadas aos trabalhadores **urbanos**³, a população excluída do mercado de trabalho ficava à “mercê” da filantropia, da até então assistência social.

Destaca-se, assim, algumas ações como a criação do CNSS, atual CNAS, o qual fora a primeira presença do Estado Brasileiro, em um contexto de autoritarismo do Estado Novo, com a função de organizar as obras assistenciais, regulamentado pelo Decreto Lei 525 de 1938, mas pouco atuante. Em 1942, destaca-se a criação da LBA (Legião Brasileira de Assistência), criada para atender às famílias dos homens envolvidos na Segunda Guerra Mundial e sob regência da então Primeira dama Darcy Vargas. Segundo Carvalho (2008), fora a primeira instituição nacional de assistência reconhecida em nível federal. No entanto, a LBA representou principalmente a presença do primeiro-damismo, da dominância das elites, da caridade e da filantropia.

Segundo dados apresentados por Barbosa (2015) nas décadas de 1960 e 70, também ocorrem mudanças na política de assistência, considerando que com a ditadura militar a política de assistência social passa a ser um meio de controle social do Estado sobre a sociedade. Na década de 1970, destacam-se algumas mudanças; é criado o Ministério da Previdência e Assistência Social que representava a junção de algumas instituições já existentes pertencentes às respectivas políticas.

Já na metade da década de 1980, com o fim da ditadura militar, o agravamento da questão social e organização das camadas populares recai sobre o atual governo a necessidade de se investir na política de assistência social, pois no ano de:

³ Grifo meu. Segundo Couto: “esse corte de inclusão deu-se numa realidade onde a maioria dos trabalhadores estava vinculada ao trabalho rural e, portanto, desprotegida. As medidas regulatórias criaram um clima favorável ao deslocamento da base produtiva, incentivando a vinda dos trabalhadores rurais para os centros urbanos, em busca de melhores condições de vida” (COUTO, 2006, p. 96).

[...] 1985 houve uma demanda do setor de assistência social para que se adaptasse a nova realidade democrática do país, em que as camadas populares exigiam respostas efetivas das políticas assistenciais. A partir daí, começou-se a discutir a necessidade de formulação de uma política pública de assistência social (FONSECA, 2013, p. 335).

É nesse contexto que ocorre a promulgação da Constituição de 1988, a qual incluirá a assistência social no tripé da Seguridade Social⁴ ao lado da saúde e da previdência social, constituindo-se como direito do cidadão e dever do Estado. Mesmo tendo sido considerada enquanto direito na Constituição de 88, a Política de Assistência Social ainda encontrará alguns obstáculos para sua consolidação.

A primeira redação da Lei Orgânica de assistência social fora vetada no Congresso pelo Governo Collor em 1990. Nesse contexto, a Lei nº 8.742 somente é promulgada em 7 de dezembro de 1993, cinco anos após a assistência social ser considerada direito pela Constituição de 88, validando finalmente a política de assistência social como direito. Essa lei, conhecida como LOAS, irá estabelecer, as competências dos envolvidos em sua gestão e execução, suas diretrizes, objetivos, princípios norteadores, formas de controle dessa política.

Outras legislações foram criadas para a efetivação dessa política, visto que, mesmo após ser reconhecida como direito, encontrava grandes desafios para sua execução principalmente devido ao seu longo histórico de estar associada à filantropia e à caridade. Foram criadas então a PNAS - Política Nacional de Assistência Social, materializando as diretrizes da LOAS, padronizando, ampliando e implementando os serviços (SOUZA; GONÇALVES, 2014); o SUAS (Sistema Único de Assistência Social) trouxe uma nova forma de gestão da política; a NOB-SUAS (Norma Operacional Básica) e a Tipificação Nacional irão padronizar as ações na assistência social em âmbito nacional.

Apesar dos direitos terem sido conquistados com muito suor da classe trabalhadora e tanto tempo ter se passado desde esse passado clientelista das políticas, atualmente vivemos um cenário muito semelhante em uma era de desmonte de Direitos por parte do Estado para com a população em uma conjuntura baseada em um ideário Neoliberal. Este ideário, por sua vez, tem proposto um investimento

⁴ “A noção de seguridade social supõe um conjunto de certezas e seguranças que cubram, reduzam ou previnam situações de risco ou vulnerabilidade sociais, as quais qualquer indivíduo pode ser submetido” (CARVALHO, 2008, p. 23).

cada vez menor para a seguridade social e, conseqüentemente, observamos políticas públicas cada vez mais focalizadas, seletivas, precarizadas e privatizadas.

Sabe-se que as conseqüências dessa conjuntura recaem sobre todas as políticas, mas parece ser sentida com mais intensidade na política de assistência social devido ao seu público-alvo, reforçando a cultura exposta por Yazbek (2012) de que, para pobre, qualquer coisa basta, conforme será problematizado no capítulo a seguir.

2.1 CONTRADIÇÕES DA EFETIVAÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS EM UM CONTEXTO NEOLIBERAL DE DESMONTE DE DIREITOS E DESRESPONSABILIZAÇÃO ESTATAL: A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM ANÁLISE

Como já citado no capítulo anterior, enfrentamos em nosso país uma conjuntura de desmonte das políticas sociais e dos direitos da classe trabalhadora em geral recorrente do ideário neoliberal e da chamada contrarreforma, sendo que, por contrarreforma, entende-se como um conjunto de alterações que ferem os marco-legais e direitos já conquistados pelos movimentos sociais (GRANEMANN, 2004, apud OLIVEIRA, 2011).

O neoliberalismo implementou-se na conjuntura mundial aproximadamente após 1970 e uma grande crise enfrentada pelo capital (OLIVEIRA, 2011). Mediante o contexto da crise após a segunda guerra mundial, as reações burguesas começam a entrar em cena, visto que seus argumentos eram de que a crise era conseqüência do aumento dos gastos sociais do Estado.

Sendo assim, analisa-se que as classes “dominantes”, aliadas ao discurso neoliberal, utilizam-se das políticas sociais e da intervenção estatal na questão social como justificativa às crises cíclicas do capital. Com a pressão da burguesia para a redução estatal, o Estado, que não é neutro, e defende os interesses da classe à qual se vincula, acaba retraindo-se diante da questão social para deixar que a mesma autorregule-se pelo mercado, bem como para que o mercado regule a si mesmo e para que assim deixe que a roda do capital continue girando e os lucros dos capitalistas multipliquem-se.

Segundo esse ideário, considera-se ainda que há uma taxa de desemprego que é natural para gerar o equilíbrio do sistema, o que, por sua vez, analisa-se que

gera um grande desequilíbrio social, visto que com essa “taxa natural de desemprego” grande parte da população sobrando ficaria desassistida.

O ideário neoliberal, no contexto mundial, alastrou-se muito rapidamente pelos países capitalistas centrais, mas não alcançou os objetivos propostos inicialmente de crescimento econômico e recuperação da economia fragilizada, resultando em consequências devastadoras para a classe trabalhadora, agora desprotegida. Segundo Behring e Boschetti (2008), as medidas tomadas: “provocaram aumento do desemprego, destruição de postos de trabalho não-qualificados, redução dos salários devido ao aumento da oferta de mão-de-obra e redução de gastos com as políticas sociais”.

Como consequência disso, temos uma classe social em condição de pobreza extrema, acirramento da desigualdade social, agravamento da questão social, aumento dos impostos indiretos e maior acumulação do capital. No Brasil, o ideário fora implementado mais tarde em relação aos outros países da América Latina, mais especificamente na década de 1990, mas suas consequências não foram mais amenas e são sentidas até hoje de maneira cada vez mais gritante.

Com a queda da ditadura militar e as consequências deixadas por esta, a economia, na década de 1980, encontrava-se extremamente abalada. Dessa forma, o contexto de redemocratização do país, bem como a promulgação da Constituição de 1988, apesar de seus grandes avanços propostos no campo da seguridade social e na participação social, não encontraram “terreno” para seu sucesso absoluto.

Apesar de ter sido uma época com bastante mobilização dos trabalhadores, o capital acabou se estabelecendo de forma nefasta na “briga” que se disputou no contexto pós-ditadura e de redemocratização do país. Na década de 1990, isso fica evidente quando se lançam a candidatura dois partidos opostos, um representando a classe trabalhadora (Luiz Inácio Lula da Silva – PT) e outro o capital (Fernando Collor de Mello – PRN) e nessa disputa o capital saiu ganhando. Com base na conjuntura em que a Constituição estabeleceu-se, podemos afirmar que não encontrou bases de sustentação no âmbito político nem no âmbito econômico. Em contrapartida a isso, o neoliberalismo ganha fortes bases para sua implementação com o Estado ao seu lado.

Assim, é no governo de Collor (1990-1992), na década de 1990, que esse ideário é implementado no país e ganha maior solidez no governo seguinte de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Sendo estes os dois representantes do ideário neoliberal e de retirada de direitos da história, dentre tantas outras

consequências, acarretando nos direitos da classe trabalhadora e agudizando à questão social.

No governo de Lula o neoliberalismo se mantém, mas de forma muito diferente de seus governos anteriores, visto que, Lula representava pela primeira vez um governo aliado à classe trabalhadora, no qual um ex-metalúrgico e analfabeto assume à presidência da república, representando um avanço e uma “contra-corrente” dos desejos das elites. O Governo Lula criou mais estratégias de efetivação das políticas sociais e de acesso aos direitos, possibilitando, por exemplo, que pela primeira vez pessoas pobres e negras acessassem ao seu direito da educação superior, até então, extremamente elitizada e restrita à alguns grupos.

Destaca-se ainda a criação do Programa Bolsa Família o qual tirou milhões de brasileiros da extrema pobreza, diminuindo, inclusive, a desigualdade social. No entanto, cabe ressaltar que o governo continua atuando na lógica do capital, mas de forma muito mais amena e muito mais vantajosa à classe trabalhadora.

Dessa forma, as consequências do neoliberalismo para as políticas sociais em nosso país são gritantes, visto que estas se constituem como o principal “alvo” do neoliberalismo ao qual se propõe um investimento cada vez menor para a seguridade social e, conseqüentemente, observamos políticas públicas cada vez mais focalizadas, seletivas, precarizadas e privatizadas, tendo em vista que:

[...] a atual configuração do capital determina novas modalidades de reprodução da força de trabalho, ancoradas principalmente nos processos de privatização, focalização e descentralização das políticas sociais. [...] É esta perspectiva que vem determinando as tendências das políticas sociais no Brasil, que em oposição à universalização e a integração com as outras esferas da seguridade social, passando a ser centralizadas em programas sociais emergenciais e seletivos, enquanto estratégias de combate à pobreza (PEREIRA; SILVA; PATRIOTA, 2006).

Corroborando com essa ideia Behring e Boschetti (2008) irão denominar esse quadro das políticas sociais na conjuntura atual como o “trinômio” do ideário neoliberal, constituído pela privatização, descentralização e focalização. Seguindo essa lógica, Montaño (2002) define a descentralização e a focalização, como retirada da responsabilidade do Estado e, quando essa resposta à questão social, é dada pelo mesmo é de forma focalizada, ou seja, somente aos mais necessitados, enquanto a privatização gera outras duas consequências: “a remercantilização e a refilantropização da questão social” (MONTAÑO, 2002).

Por esses dois fatores entende-se que a remercantilização pode ser associada à implementação das previdências privadas e planos de saúde, bem como a atuação das empresas junto à área social e seus discursos de solidariedade com o objetivo implícito da lucratividade e da sua imagem. Quanto a re-filantropização entende-se que trata da responsabilização da sociedade civil (terceiro setor) para com o trato da questão social e as suas facetas: os discursos de solidariedade, a atuação do voluntariado, os convênios e as parcerias entre Estado e sociedade civil.

Além do que já fora citado, o neoliberalismo, além de provocar um agravamento da questão social, também tem sido influenciado um retorno, cada vez maior, da sociedade ao conservadorismo e moralismo, no qual cada vez mais a mídia, as classes dominantes e até mesmo as classes trabalhadoras reproduzem discursos de ódio e de retrocesso aos primórdios da humanidade de quando a questão social era diretamente associada ao moralismo, perdendo-se a noção do que é direito, gerando um descrédito nas políticas públicas, conforme exposto pelas autoras:

Um elemento a mais para o empobrecimento da ação da política de Assistência, de cunho iminentemente ideológico, é a desconstrução da perspectiva do direito em detrimento à lógica do favor, proporcionada pelo ideário neoliberal, que apregoa um descrédito dos serviços públicos, relegando sua responsabilidade para a iniciativa privada, gerando mais uma fonte de mercado para o empresariado (MUNIZ; NUNES, 2015, s/p).

Dessa forma, ao contrário do que se espera de uma proteção social pública, estatal e de direito de todos cidadãos, o Estado atual, de caráter neoliberal, acaba se retraindo diante de suas obrigações e facilitando sua atuação por meio dos convênios com o chamado “terceiro setor”, ou seja, com a sociedade civil, em geral, tanto com as “redes primárias de atenção” constituídas pela família, comunidade e igreja como com instituições filantrópicas, ONGS e OSCIPS conveniadas ao Estado.

Isso só fora possível com a regulamentação dessas chamadas “parcerias” pela Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014. Além disso, no que tange à política de assistência social a própria LOAS, em seu primeiro artigo, desresponsabiliza o Estado perante essa política, caracterizando-a como uma política que prevê os mínimos sociais, sendo realizada pela integração das ações de iniciativa pública e da sociedade civil.

O termo “terceiro setor”, no entanto, causa muitas polêmicas. Segundo Montañó (2002), o que o Estado denomina de “terceiro setor” não existe, pois é só

uma maneira de responsabilização da sociedade civil “mascarada” em um novo setor extinguindo o primeiro setor (Estado) das suas responsabilidades políticas e sociais. Além disso, propõe também uma fragmentação dos setores da sociedade que representa uma análise reducionista, funcionalista e neopositivista.

É preciso, no entanto, que, por mais que não seja o modelo de proteção social que se defenda, não se caia na ingenuidade de julgar essas instituições ou achar que o trabalho desenvolvido por elas tem menos relevância ou qualificação do que os serviços sociais públicos, visto que muitos desses espaços fazem diariamente, usando aqui uma expressão popular “das tripas, coração” para conseguir manter seu trabalho diante do atraso de recursos ou escassez dos mesmos.

O chamado terceiro setor, inclusive, tem se tornado um grande campo de atuação dos/as assistentes sociais, comprovando o quanto essas instituições possuem um discurso solidário; possuem, em sua grande maioria, um vínculo religioso, contrariando a laicidade que se espera de toda e qualquer política; possuem ações voluntárias, mas têm desempenhado um papel muito importante em comunidades historicamente desassistidas pelo Estado e tem buscado se profissionalizar para tais trabalhos.

Assim, de maneira precarizada e na contramão dos direitos sociais públicos de caráter universal, essas instituições entram em cena para buscar prover o mínimo necessário a essas comunidades marcadas pela vulnerabilidade social (FERNANDES; HELLMANN, 2016) e pela desproteção, como é o caso da instituição na qual se realizaram os Estágios Curriculares Obrigatórios I, II e III e a comunidade a qual essa instituição atende.

Compondo o tripé da seguridade social, as políticas de saúde, previdência e assistência social, segundo o artigo 194 da Constituição de 88, teriam como princípios norteadores a universalidade, a equidade, caráter descentralizado que, por sua vez, acabam esbarrando na conjuntura atual de desmontes em massa. Logo após esses direitos conquistados legalmente, é criado um decreto, no ano de 1991, que já desconfigura boa parte do que é regulamento à seguridade social pela até, então, recém-criada, Constituição Brasileira de 1988, o decreto nº 356 o qual estabelece: “a União só será responsável pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras da Seguridade Social” (MONTAÑO, 2002, p. 202).

Desde o princípio das políticas sociais, retira-se a primazia do Estado para com seu financiamento e execução, distorcendo as conquistas políticas e sociais dos

movimentos e os princípios norteadores dessas políticas, quando o neoliberalismo atropela a universalidade com políticas extremamente focalizadas, a equidade, quando oferece serviços privados com mais qualidades do que os públicos, e até mesmo a descentralização política e administrativa, visto que, ao se eximir da responsabilidade de custeio das políticas sobrecarrega seus entes federados (Estados e Municípios), favorece a privatização e as “parcerias”.

Segundo dados publicados na PNAS (2004), nos anos de 2002 e 2003, os investimentos na política de assistência foram maiores provindos do Estado no ano de 2003 e menores em 2002, o qual a política dependeu, majoritariamente, da complementação orçamentária dos entes federados, conforme Anexo A. Nos respectivos anos, a união repassou 49% do total de recursos e, em 2003, 53%. No entanto, conforme descrito no mesmo documento, muitos dos estados não prestaram contas do recebimento dessa verba, sendo que nessa época ainda não estava vigente o Portal da Transparência. Não temos como afirmar que esses valores realmente foram repassados aos entes.

Atualmente, não temos acesso a esses dados de forma simplificada. Mas analisando o Portal da Transparência referente ao ano de 2017, para a Proteção Social Básica, teriam sido destinados um total de R\$ 1.732.522.230,46 em âmbito nacional; para Porto Alegre, foram destinados R\$ 3.390.000,00. Para as proteções sociais de média e alta complexidade teriam sido repassados, em âmbito nacional, R\$ 588.700.145,09 e, em Porto Alegre, R\$ 4.169.462,64. Para a alta complexidade teriam sido destinados R\$ 311.738.626,54, em âmbito nacional, e em Porto Alegre R\$ 3.308.000,00, conforme discriminados no quadro abaixo.

Quadro 1- Exercício: 2017 – Recursos destinados à Política de Assistência Social

Complexidade	Âmbito Nacional	Âmbito municipal
Proteção Social Básica	R\$ 1.732.522.230,46	R\$ 3.390.000,00
Média Complexidade	R\$ 588.700.145,09	R\$ 4.169.462,64
Alta Complexidade	R\$ 311.738.626,54	R\$ 3.308.000,00

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados disponíveis no Portal da Transparência referente ao ano de 2017

Analisando a realidade da política de assistência social no município, pode-se constatar que os recursos destinados à mesma não tem sido aplicados corretamente,

isso pode ser observado pela realidade dos serviços públicos e às inúmeras parcerias que são criadas para “baratear os custos com a política”. Em contrapartida a esse Estado mínimo diante da questão social, temos uma agudização da mesma, em tempos de crise do capital, desemprego estrutural por conta de uma revolução técnico científica que instaura novas formas de administração do trabalho (IAMAMOTO, 2015).

Esse quadro, por sua vez, aumenta as taxas de desemprego, fazendo crescer as exclusões em suas mais diversas formas, gerando fome, miséria extrema, acumulação e exploração por parte do capital, que resume o que Iamamoto (2015) irá retratar como “violência institucionalizada das classes subalternizadas”. Sendo assim, complementa-se ainda que: “Estes novos tempos reafirmam, pois, que a acumulação de capital não é parceira da equidade, não rima com igualdade” (IAMAMOTO, 2015, p. 18).

Na atual conjuntura em que vivenciamos uma crescente de necessidades da classe trabalhadora, constata-se que as demandas por serviços sociais também são maiores, ao passo que a precarização nos espaços de trabalho por Recursos Humanos, materiais básicos para viabilizar a rotina de trabalho e estrutura física, só vem aumentando, incidindo, inclusive, na crescente das demandas por satisfação das necessidades básicas como a alimentação. Diante desse quadro, concorda-se com Netto (2012) ao afirmar que vivemos um “espantoso minimalismo frente a uma ‘questão social’ maximizada”.

A Política de Assistência Social tem como principal objetivo a busca pela efetivação do Estado Democrático de Direito, “por meio da promoção dos direitos sociais, contribuindo para a redução da exclusão social ao propiciar oportunidades de emancipação àqueles que, sem tal assistência, não os alcançariam” (CARVALHO, 2008, p. 25).

Com a agudização da questão social e a redução estatal, atenuam-se as necessidades da população usuária e, em consonância, a precarização dos serviços. Essa realidade fora vivenciada na prática durante boa parte da formação em Serviço Social, primeiramente no Estágio Não Obrigatório e, posteriormente, no Estágio Curricular Obrigatório, realizados nesta política. Sendo assim, observa-se o quanto a Política de Assistência Social vêm sofrendo dificuldades para se manter e cumprir seus objetivos e princípios previstos, com o mínimo possível de recursos.

Observou-se, assim, que, em nosso município, a política de assistência social tem sido o principal alvo da precarização, da privatização e dos desmontes, podendo estar com os dias contados, como mostra os dados que, segundo a PROCEMPA (ANEXO B), no ano de 2016, a política de assistência social em nosso município não fora prioridade dos orçamentos, tendo sido repassados à ela apenas 3,57% dos recursos disponíveis, só perdendo para as políticas de Urbanismo, Legislativa e Habitação.

Atualmente podemos analisar essa realidade mais de perto, em nosso município, segundo o que consta no site da Fundação de Assistência Social e Cidadania de Porto Alegre na data da publicação, mas sem data especificada. Porto Alegre contava com 233 entidades de assistência social conveniadas das mais diversas complexidades e programas de atendimento e um repasse mensal de R\$ 4.422.971,60 (FASC, 2016⁵), sendo que os serviços de assistência social de caráter público no município contabilizam, aproximadamente, 33 estabelecimentos entre CRAS, CREAS e Centro POP⁶.

Em consonância, os autores abaixo acrescentam os reflexos dessa conjuntura na política de assistência social, a qual observou claramente esse desmonte nas práticas e realidades institucionais de nosso município, tendo em vista que:

[...] a ampliação da Assistência se dá de maneira contraditória, na medida em que seu acesso é restrito a partir de critérios que cerceiam a abrangência de populações que necessitam de tais benefícios e caracterizando-se não enquanto política universal, mas focalizadora. As ações são de cunho compensatório e emergencial, sendo por isso, intituladas enquanto “políticas de exceção” (MUNIZ; NUNES, 2015, n/p)

Até mesmo os mecanismos de controle social da política de assistência social, em nosso município, foram distorcidos do seu real objetivo para atender às demandas do capital, conforme fora constatado pela análise das atas das plenárias deste conselho, realizadas pela discente para realização de um trabalho para a disciplina de Gestão e Controle Social (2017). Observando estas atas, que estão disponíveis no site do conselho referente às plenárias ocorridas nos anos de 2015 e 2016, o que representa um total de 34 atas, dessas 34, 21 das plenárias foram destinadas totalmente ou quase que totalmente à discussão e avaliação dos convênios do

⁵ Sem a data exata, pois não havia sido divulgada no site da Fundação.

⁶ Segundo dados disponíveis no site da FASC/POA

município, sendo que os convênios foram citados em 26 dessas reuniões, demonstrando o quanto a política de assistência social, hoje, em nosso município é mantida pelo “terceiro setor”. No que tange ao estado do Rio Grande do Sul também podemos afirmar que a política de assistência social, em um contexto neoliberal, tem sido uma das mais precarizadas, ao lado da política de educação (FERNANDES; CLOSS; MACIEL, 2012).

Segundo as experiências vividas na respectiva política, em uma instituição do “terceiro setor” e atuando no plantão social, referente ao atendimento das demandas da proteção básica, observou-se que um dos grandes desafios impostos à política de assistência social hoje, em contrapartida com a conjuntura neoliberal e agravamento da questão social, é as demandas que chegam aos serviços da proteção social básica.

A proteção básica, por sua vez, segundo a PNAS (2004), tem como objetivo prevenir as situações de risco social; no entanto, o que se observa é que as demandas chegam aos serviços da proteção básica já muito agravadas, fugindo da possibilidade de cumprir com seu objetivo principal: A prevenção dos riscos sociais.

A média e alta complexidades, por sua vez, estão com seus limites de atendimento ultrapassados e, assim, cabe à proteção básica acompanhar demandas que não seriam da sua alçada, visto que, o caráter preventivo da proteção social básica não tem conseguido ser efetuado em uma conjuntura de agudização da questão social e tamanha emergencialidade das demandas que tem chegado à “porta de entrada dos serviços” e, assim, as demandas já extremamente agravadas são destinadas às média e alta complexidade, bem como também à proteção social básica, que acaba realizando acompanhamentos que não seriam sua função.

Outra característica observada é a necessidade de satisfações básicas dos/as usuários/as, as quais os serviços já não conseguem atender devido à sua precariedade. Segundo o autor:

Não é livre quem não detém auto-suficiência material. Não há garantia do direito à vida enquanto não se figura juridicamente a fome como uma negação do sistema constitucional organizador da vida política no Estado. (...) Não é livre o homem ausente de nome que a sua própria mão desenhe. Como saber de seu direito sem letra ou sinal conhecido o homem sem nome de gente? Não há direito para o qual a cegueira analfabeta ofereça luz (...).(ROCHA, 1999, p. 6 e 7 apud CARVALHO, 2008, p. 25).

O retrocesso no campo social tem sido tão grande que rebate no provimento, inclusive dos mínimos sociais da população que, cada vez mais, vive em situação de

miséria extrema ou de semiescravidão em trabalhos extremamente precarizados buscando a garantia do mínimo para sua sobrevivência. Os serviços de assistência não conseguem mais prover as necessidades da população e nem cumprir sua finalidade devido ao grande número de demandas, impondo inúmeros desafios ao trabalho profissional.

2.2 UMA INSTITUIÇÃO SEXAGENÁRIA: PEQUENA CASA DA CRIANÇA

A Pequena Casa da Criança é uma Organização Não-Governamental (ONG) que surgiu na década de 1950, na Vila Maria da Conceição, território que se constituiu da junção das vilas Doca das Frutas, Forno de Lixo, Caída do céu, as quais formaram, até então, o Morro da Maria Degolada (KERBER, 2004) e atual Vila Maria da Conceição.

Entende-se por território: “O lugar em que se desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência” (SANTOS, 1999, p. 7). O território da Vila Maria da Conceição localiza-se no bairro Partenon, em Porto Alegre, em uma área de intensa especulação imobiliária e rodeada por grandes avenidas.

No entanto, sabe-se que o espaço urbano também é uma forma de segregação ou inclusão. Nesse caso, mesmo estando em uma área relativamente central, localiza-se em um morro, o que dificulta o acesso dos moradores e sua acessibilidade aos espaços “comuns” às classes hegemônicas. Isso pode ser explicado pelo fato de a burguesia criar um processo de distanciamento da classe trabalhadora para os “polos mais afastados” dos centros das cidades, como forma de autoisolamento e segregação.

Segundo Fernandes (2005), reproduz-se nas cidades o modelo das senzalas, na qual se distanciam os negros do convívio social com as classes dominantes. Entende-se que a segregação dessa comunidade não se dá somente por meio do espaço urbano, mas também pelo descaso histórico do poder público, fazendo com que uma instituição de caráter privado se alocasse ali para resolução mínima dos problemas sociais encontrados por essa comunidade.

Analisando seu passado, observa-se que fora uma comunidade muito estigmatizada desde seus primórdios, inclusive pelos meios de comunicação⁷, o que se mantém até os dias de hoje, fazendo, inclusive, com que as taxas de desemprego na comunidade sejam muito grandes, devido ao estigma e preconceito criado sob seus moradores.

Diante desse contexto, a Irmã Nelly Capuzzo vem à comunidade para prestar assistência médica, educacional, de assistência social e pregar o testemunho cristão na comunidade. Inicialmente a irmã ministrava aulas de catequese, não desanimando diante das dificuldades, sentada no chão ao ar livre, devido às condições extremamente precárias do local, pois:

[...] os casebres tão amontoados, tão perto uns dos outros, mal cedem espaço para uma pessoa transitar... Ali não há segredo de família. Tudo o que acontece é presenciado por todos. Meio desanimados paramos junto de um lugar alagadiço, foco de mosquitos e despejo de lixo. Sendo verão a água diminuía bastante, deixando o terreno quase seco. Olho aquele lugar fétido e podre, preocupada com o aspecto insalubre do morro (CAPUZZO, 1984, p. 27)

Mas, apesar de tudo isso, segundo ela, a “alma já possuía desde o instante em que pisei no morro pela primeira vez” (CAPUZZO, 1984). Concorde-se com ela, visto que o sentimento durante a experiência de Estágio fora o mesmo, desde o primeiro dia até o último. Trata-se de um lugar marcado pela vulnerabilidade social, miséria, tráfico de drogas, violências nas suas mais diversas formas, mas nunca deixou de ter “alma” por conta de toda sua história de resistência e (re) existências.

No ano de 1953, fora criado o Carro Capela, um micro ônibus construído pela Arquidiocese de Porto Alegre para a realização de missas. Em 1956, com recursos financeiros de contribuintes e mão de obra da população residente na comunidade, iniciou-se a construção da primeira estrutura. Uma casa de madeira que viria a ser a instituição Pequena Casa da Criança.

Já em 1960 foi registrada a escola de ensino fundamental da Pequena Casa da Criança junto à Secretaria de Educação. Neste mesmo ano também foi implementado o Ensino Técnico onde eram oferecidos cursos profissionalizantes como mecânica, marcenaria, costura, culinária, entre outros. Na década de 1970, a instituição mantinha convênio com a PASC (Programa de Ação Social e Comunitária

⁷ Referências de jornais da época que estigmatizaram os moradores/comunidade em suas reportagens: Jornal Zero Hora (11/10/1983, p. 24); Jornal Zero Hora (1974); Jornal da Cidade (03/10/1989, p. 37).

da Capital) relacionada à assistência social, ou seja, nessa época já podemos observar a presença das “parcerias”.

Com a morte da irmã Nely Capuzzo, no ano de 2002, a irmã Pierina Lorenzoni assume a presidência da instituição, neste mesmo ano. Atualmente a instituição caracteriza-se como uma ONG, sendo uma instituição de assistência social e é perpassada pela política da assistência social, de educação e da aprendizagem. Seus recursos se dão por meio dos convênios com a rede pública: FASC, SMED, CMDCA/FUNCRIANÇA; Convênios com empresas privadas: Cinemark, GERDAU, Atlas Schindler, Apisul Gerenciamento de Risco, Schutter do Brasil, entre outros. A instituição também se mantém por doações de empresas ou indivíduos, promoções e eventos beneficentes.

Observa-se que a precarização não é só da política de assistência social, visto que os convênios na instituição também são da política de educação. Além disso, os convênios com empresas privadas favorecem as mesmas e o capital, visto que se utilizam do discurso da solidariedade para se promover. Ficam claros os novos termos e discursos que surgem juntamente com as parcerias: A solidariedade, o amor ao próximo, o trabalhador na posição de “colaborador”, o voluntariado.

Propõe-se a reflexão, na análise sobre a história da instituição, do quanto a constituição dessas “parceiras” com instituições privadas que, em sua maioria, possuem um caráter religioso e confessional, desvincula as políticas sociais ao seu caráter laico, retirando inclusive um pouco a noção do direito, devido ao fato de essas instituições influenciarem muito a comunidade em que estão inseridas, inclusive no âmbito religioso.

No entanto, a importância do trabalho realizado pela instituição é inegável, visto que, devido a sua história, tem grande influência na comunidade em que atua e opera de forma positiva nesta, objetivando a emancipação de seus/suas usuários/as não só social, mas também política e econômica, de maneira que atua junto às lideranças comunitárias; ocupa espaços de resistência como mobilizações e protestos, incentivando a comunidade a estar presente; oficinas profissionalizantes; incentiva a participação nos conselhos e controle social; possui comitês de discussão com as famílias usuárias sobre temas “tabus”, bem como de educação permanente dos trabalhadores.

Alguns espaços, como o plantão social, são históricos na instituição, visto que surgiram 30 dias após a inauguração da primeira sede em 1956. O plantão social, por

sua vez, tem como objetivo “atender a livre demanda da comunidade” e fora historicamente destinado à satisfação das necessidades básicas de uma comunidade extremamente vulnerabilizada. Esses espaços de caráter mais histórico possuem raízes muito intrínsecas e de difícil superação, como, por exemplo, de ser considerado um espaço destinado somente ao repasse material, que são agravados quando se trata do passado histórico da política de assistência social, de uma instituição religiosa e filantrópica.

Observando os documentos referentes aos atendimentos desse espaço, compreende-se a maneira como se desenvolvem suas relações há décadas, visto que ainda nos anos 2000 esse espaço era utilizado para oferecer um repasse em dinheiro, um valor simbólico, aos seus/as usuários/as para algumas necessidades básicas. Passou-se a questionar-se sobre o caráter desse espaço, e na análise das possibilidades que ele apresentava, tendo sido fonte, subsídio e o viabilizador de um projeto de intervenção da discente e de uma pesquisa documental, conforme será relatado a seguir.

3 O TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS INSERIDAS NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS SOCIAIS E DO PLANTÃO SOCIAL

A emergência do trabalho dos/das assistentes sociais no contexto do plantão social tem seu surgimento ainda nos primórdios da profissão, quando o Serviço Social era norteado pelo método norte-americano do Serviço Social de Casos. Sousa (2004) respaldada por (VIEIRA, 1978) expõe a relação pioneira entre o Serviço Social e a prática do Plantão Social.

Nesse contexto de emergência da profissão e do objetivo de reajustamento dos sujeitos da época, os atendimentos do Plantão Social dividiam-se em casos “não tão graves” com atendimentos pontuais e imediatos e os “casos mais graves” que exigiam uma atenção maior e mais duradoura do/a assistente social responsável, o que hoje conhecemos por acompanhamento.

O plantão social é originalmente desenvolvido junto à política de saúde, na qual era exercido o plantão social inicialmente, mas com características um pouco distintas do que ainda se vê hoje. Segundo Monteiro (2010), os/as assistentes sociais que realizavam os plantões sociais na época eram consideradas especialistas em plantões sociais, ou seja, só realizavam os atendimentos emergenciais, enquanto outras realizavam o trabalho continuado, sendo que, em ambos os espaços, não se realizava uma análise e leitura do contexto em sua totalidade, somente dos indivíduos e seus “problemas”, os quais, nessa concepção, eles mesmos eram considerados os responsáveis.

Essa forma de atuação nos primórdios do plantão social está associada aos fundamentos da profissão, no qual o trabalho era influenciado pela vertente norte-americana, que está baseada na ideia da relação profissional – cliente, na qual era feita uma análise dos “casos”, seguidos posteriormente pelo diagnóstico social e desenvolvimento de comunidades, nas quais existiam:

[...] duas maneiras básicas de resolver os problemas sociais: por meio de uma organização da estrutura social ou por meio de um trabalho individualizado, com as pessoas ou os grupos, através de processos educativos (HAMILTON, 1973, p. 31).

Neste contexto, tinha-se como objetivo o reajustamento social dos sujeitos que eram considerados pelo/a assistente social como “clientes”, com vistas a auxiliar para

que as pessoas se ajudassem a resolver seus problemas sociais, beneficiando a elas mesmas e à sociedade de maneira geral (HAMILTON, 1973).

Nessa época, os atendimentos de plantão social eram registrados no “livro preto” (SODRÉ, 2010, n.p.), o qual era uma espécie de ata na qual se transcreviam os atendimentos extremamente pontuais realizados no plantão hospitalar, denominado de “plantão-encaminhamento” (SODRÉ, 2010, n.p.). Historicamente o plantão constituiu-se em nosso país baseado em atendimentos emergenciais, pois:

Desde suas origens, o Plantão apresenta como características a seletividade, o imediatismo, a burocracia e o assistencialismo. Essas características são entendidas numa sociedade capitalista como mecanismos de controle sobre a classe subalterna, na intenção de ofuscar a compreensão das contradições do capitalismo e manter o equilíbrio e interesses hegemônicos da classe dominante. (SOUSA, 2004, n/p)

Os atendimentos de plantão social pelo Serviço Social não estão previstos nas atribuições privativas dos/das assistentes sociais, mas apesar disso, ainda constituem-se como um espaço de trabalho da categoria profissional. Inicialmente, em um primeiro contato com o plantão social, durante a experiência de estágio, acreditou-se que o espaço do plantão social fosse um espaço superado e que não era mais uma prática comum nos espaços sócio-ocupacionais.

No entanto, com a realização de pesquisas durante o processo e, principalmente, por meio da pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo realizada como objeto de estudo para a disciplina de Pesquisa em Serviço Social II, na qual se analisou as comunicações orais apresentadas nos CBAS de 1996 a 2017 (BRAGAGNOLO, 2017) com foco no plantão social, observou-se o quanto esse espaço ainda é desenvolvido pela categoria profissional e o quanto apresenta obstáculos e inúmeras dificuldades para os/as profissionais executores, principalmente no que tange ao caráter histórico e conservador de sua emergência, visto que “tradicionalmente a palavra plantão é utilizada para caracterizar um atendimento emergencial e imediato” (SILVA; SILVA; SANTOS, 2001).

Entre todos os trabalhos visitados do período delimitado pela pesquisa, com base na implementação das atuais diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social (ano de 1996) até o momento da pesquisa (ano de 2017), totalizou-se um total de sete Congressos, ocorridos com a periodicidade de três em três anos. Com base no período delimitado, obteve-se o número total de 6.151 trabalhos apresentados

nesses sete eventos. Metodologicamente, utilizou-se da ferramenta “localizar” para encontrar a palavra plantão social em cada uma das comunicações orais que foram apresentadas nos CBAS de 1996 à 2017.

Sendo assim, obteve-se o número de 178 trabalhos científicos e/ou relatos de experiências que citaram o termo “plantão social” pelo menos uma vez no corpo escrito. Desses 178, realizou-se uma leitura para selecionar quais destes tinham como foco principal a temática do plantão social, totalizando 21 trabalhos, os quais foram analisados posteriormente por meio da Análise de Conteúdos (BARDIN, 2016).

Ao fim dessa pesquisa e da análise de conteúdos, observou-se que muitos dos trabalhos referem-se a uma visão fatalista do espaço, sem novas proposições para superação do caráter assistencial histórico do plantão social e sem esperanças de renovação do plantão. Os dados encontrados referem-se a um espaço “conservador”, “histórico”, “emergencial”, “não-qualificado”, bem como mais encontrado na política de saúde, seguido da política de assistência social.

Dessa forma, propõe-se nos próximos capítulos a discutir também estratégias de trabalho possíveis para tornar esse espaço renovado e qualificado, com atendimentos que estejam de acordo com o projeto ético-político da profissão. Busca-se, assim, fazer do plantão um espaço que possa:

[...] romper com a tradição clientelista e assistencialista que historicamente permeia a área onde sempre foi vista como prática secundária, em geral adstrita às atividades do plantão social, de atenções em emergências e distribuição de auxílios financeiros (YAZBEK, 2012, n/p).

O plantão social ainda constitui-se enquanto uma possibilidade de trabalho dos/das assistentes sociais dentre uma gama de possibilidades presentes nos mais diversos espaços sócio-ocupacionais e que se desenvolve nas políticas sociais, dentre elas, a política de assistência social. No entanto, observou-se durante o período de estágio e pelos relatos dos/das assistentes sociais que esse espaço desenvolve-se nas diversas complexidades dessa política, ao passo que, segundo a Política Nacional de Assistência Social (2004), esses atendimentos estariam previstos somente para a média complexidade, não sendo previstos para a proteção básica e alta complexidades.

Em âmbito geral o plantão social não consta mais como uma prática regularizada nas documentações que norteiam o trabalho profissional como, por

exemplo, os parâmetros para atuação dos/das assistentes sociais nas políticas de saúde, assistência social e sócio jurídico. Bem como, não se constitui enquanto uma atribuição privativa dos/das profissionais. Apenas consta na Política Nacional de Assistência Social como uma atividade possível a ser desenvolvida na média complexidade, mas não necessariamente como atribuição dos/das assistentes sociais.

Apesar de não ser mais um espaço previsto nessas políticas ainda é muito desenvolvido nas mais diversas políticas, sendo assim, temos de buscar aos poucos a superação desses espaços para espaços que estejam condizentes às diretrizes do trabalho profissional, como os atendimentos coletivos, as entrevistas, os acompanhamentos. Porém, a superação desses espaços, como qualquer outra coisa constitui-se como um processo e durante esse processo temos a obrigação de desenvolver o trabalho da melhor forma possível condizente ao projeto ético-político profissional.

A Política Nacional de Assistência Social prevê também a “matricialidade sociofamiliar”, ou seja, a família como público-alvo das ações dessa política. Sendo assim, propõe a superação do trabalho voltado para o indivíduo, um trabalho histórico da profissão e culpabilizador dos sujeitos. As famílias, enquanto sujeitos das ações profissionais e das políticas sociais, propõe a superação de ações focalizadoras de um passado tanto da política de assistência social, bem como do trabalho dos/das assistentes sociais.

Contudo, mesmo com estes avanços, ainda hoje se encontram desafios para a efetivação do trabalho social com famílias, visto que tê-las enquanto público alvo dessa política, bem como das outras políticas sociais, torna os profissionais suscetíveis a cair em algumas armadilhas do senso comum e encontrar alguns obstáculos nessa jornada, devido, principalmente, à linha tênue entre a busca da proteção integral e à responsabilização das redes de atenção primária, como a família. Essa responsabilização das famílias será denominada, conforme Mioto (2015), de “familismo”.

3.1 FAMÍLIAS, TRABALHO COM FAMÍLIAS E MATRICIALIDADE SOCIOFAMILIAR

Com o advento do neoliberalismo no país e a destituição da primazia do Estado para com as políticas sociais, observamos, conforme já citado anteriormente, uma

responsabilização crescente da sociedade civil e das redes primárias como a família, a comunidade e as igrejas enquanto uma forma de “compensação” proposta pelo Estado perante sua ausência. Ou seja, responsabiliza-se a família por suas “responsabilidades” de cuidado, autossuficiência, mas não é dado pelo Estado e pelo sistema condições para que isso se efetive.

Para compreender a matricialidade sociofamiliar é necessário que se entenda o conceito de família. Segundo a política Nacional de Assistência Social família constitui-se enquanto: [...] “Um conjunto de pessoas que se acham unidas por laços consanguíneos, afetivos e, ou, de solidariedade” (PNAS, 2004, p. 41); complementa-se ainda, que família na conjuntura atual antes de representar um [...] ‘refúgio num mundo sem coração’, é atravessada pela questão social (MIOTO, CAMPOS, LIMA, 2004 apud MIOTO, 2010).

A primeira intervenção das políticas sociais com as famílias enquanto usuários das políticas sociais é datada, em contexto mundial, do final do século XIX e início do século XX, por meio da criação do seguro social (CAMPOS, 2015 In MIOTO et. al., 2015). Os seguros sociais reforçavam a desigualdade de gênero, de forma que somente os homens tornaram-se usuários desse “benefício financeiro” e a mulher dependia financeiramente do homem, reforçando a histórica e perpetuada desigualdade entre os gêneros e a figura do homem como provedor do lar.

No entanto, mesmo que as famílias tenham se tornado o foco das políticas sociais ao longo do tempo e mesmo com o amadurecimento dessas políticas, isso não significa que elas tenham sido entendidas de maneira adequada e nem que tenha sido dada uma definição uniforme a essas constituições (GELINSKI; MOSER, 2015).

Como exemplo, observa-se que, até mesmo na Constituição Federal de 1988, quando as famílias entram no cerne das políticas sociais, elas continuam sendo vistas por meio do conceito ultrapassado da família nuclear, definindo erroneamente os sujeitos a qual se destinariam suas ações. Segundo a Constituição, a família é reconhecida pela [...] “união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar [...] entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes” (BRASIL, 1988, art. 3º e 4º).

Enquanto a Constituição define a família com um conceito ultrapassado e patriarcal, outras políticas e programas distanciam-se e se contradizem. A saber, o programa Bolsa Família, possui um conceito de família que se distancia da política que o executa. A Política Nacional de Assistência Social considera família enquanto

uma rede de proteção mantida por laços de parentesco e de afinidade, ao passo que, para o Programa Bolsa Família, seu conceito de família exige que todos os membros dessa unidade devem residir sob o mesmo teto.

O conceito adotado pelo Programa Bolsa Família distancia-se da ideia de que a família constitui-se como uma rede de proteção, podendo ser uma rede estendida incluindo a comunidade, amigos e vizinhos que não necessariamente residirão sob o mesmo teto. Os diversos modelos de famílias que conhecemos atualmente vêm se inventando e se reinventando ao longo do tempo e se moldando conforme a conjuntura e mudanças sociais e históricas.

Se realizarmos uma linha do tempo da história da constituição das famílias e dos modelos familiares, encontraremos o período denominado de estado selvagem, o qual era baseado na liberdade sexual; o período da barbárie, no qual começa a surgir a família nuclear, mas ainda acompanhado de outros modelos de família emergentes e, por fim, a civilização no qual a família nuclear consolida-se, tornando-se o modelo “hegemônico” de família (ENGELS, 1982).

Cada um desses períodos caracterizou-se por um modelo distinto de família. Vale ressaltar que nesse contexto de mutações, construções e reconstruções das famílias ao longo da história este núcleo nem sempre fora baseado no afeto ou representou aos seus membros como uma unidade de proteção. Nos primórdios da humanidade essas relações eram baseadas somente em acordos por interesses.

No contexto brasileiro, a família assumiu algumas particularidades devido ao duradouro processo de escravidão do país. Isso manteve um modelo de família patriarcal e com a ideia de ter a mulher como “rainha do lar”, associada, historicamente, à ideia da pureza, ao passo em que, enquanto as mulheres tinham de se manter fiéis aos seus maridos, os homens sempre puderam, moralmente, manter diversas relações.

Segundo Engels (1982), na história, a monogamia só existiu oficialmente para as mulheres. O controle masculino sobre a mulher fora, inclusive, muito agravado durante o período da escravidão, no qual a esposa não podia sair de casa e as escravas eram obrigadas a servir inclusive sexualmente aos seus “senhores”.

Muitas dessas características de uma sociedade patriarcal e extremamente atrasada perante o papel da mulher mantêm-se até hoje, seja no âmbito familiar seja na sociedade em geral. As consequências desse patriarcado extremamente fortificado aos olhos da sociedade refletiram nas conquistas dos direitos das mulheres, tão

tardias em nosso país e que foram resultado de muitas lutas árduas. Dentre esses direitos básicos estão, o ingresso tardio no mercado de trabalho⁸, a dificuldade do acesso à educação, principalmente a educação superior e de direito ao voto que ocorrera recentemente, no ano de 1932.

Vivenciamos, assim, um histórico de repressão ao papel da mulher como protagonista de sua própria história em uma sociedade patriarcal a qual é extremamente atingida e fragilizada pela independência crescente das mulheres, as quais continuam lutando incansavelmente pelo reconhecimento de direitos iguais e pela superação desses valores antigos e antiquados do patriarcado.

Atualmente, observamos diversos modelos de arranjos familiares, desde a família nuclear composta pelo pai, mãe e filhos (as); as famílias homossexuais, compostas por casais do mesmo sexo; famílias monoparentais, compostas somente pelo pai ou somente pela mãe; as famílias recasadas, na qual com a separação dos pais e posterior união com outra pessoa constrói novas redes familiares.

Os modelos de família que são divergentes do modelo hegemônico da família nuclear tem sido alvo, durante toda a história do mundo, do preconceito, do conservadorismo e da exclusão. Em nossos espaços sócio-ocupacionais trabalharemos com esses diversos modelos de famílias e nos cabe, enquanto profissionais associados a um projeto societário que diverge da ordem atual e defensores/as de um projeto ético-político que visa à liberdade como valor central (NETTO, 1999), garantir o respeito a todas as formas de constituição humana e de suas relações construídas.

Gelinski e Moser (2015), em análise ao Censo Demográfico do IBGE de 2010 e do PNAD, apontam algumas tendências que as famílias brasileiras têm assumido de uns tempos pra cá como: a redução no “tamanho” das famílias devido, principalmente, às quedas nas taxas de natalidade; o envelhecimento populacional; aumento do número de divórcios; crescimento no número de famílias chefiadas por mulheres, sendo a maioria do perfil as mulheres sem companheiro e com filhos e o aumento do número de famílias com apenas um morador.

Ao mesmo tempo em que a centralidade na família supera alguns problemas individualizantes e históricos das políticas sociais, ela também pode ser uma maneira de responsabilização das famílias. Conforme já citado, com o agravamento do

⁸ Segundo Engels (1982) essa regra se aplicava as famílias burguesas, pois nas famílias proletárias a mulher também tinha de trabalhar nas fábricas para garantir o sustento da casa.

neoliberalismo e acionamento das redes primárias, acompanhamos uma crescente responsabilização, culpabilização e até discursos vexatórios quanto ao momento de vulnerabilidade social pelos quais muitas das famílias brasileiras encontram-se. Todas essas questões são agravadas diante dessa “tarefa extra” que lhes é repassada pelo Estado. Nesse contexto, “segmentos da sociedade, como empresas, ONGS ou famílias seriam ‘convocadas’ para participarem da execução de ações de proteção social” (PEREIRA, 2004; MIOTO, 2008 apud GELINSKI; MOSER, 2015, p. 125).

O trabalho social com famílias representa, assim, para os/as profissionais que trabalham no cerne da questão social, ou seja, com suas expressões e contradições, um desafio cotidiano em meio ao agravamento do neoliberalismo e das exigências às famílias para a provisão de seu próprio bem-estar. Exige-se, assim, da categoria profissional realizar um trabalho junto às famílias que seja emancipador e com objetivos condizentes de um projeto ético-político que vise o acesso aos direitos sociais, à liberdade, à equidade. Dessa forma, trata-se de “buscar maior lucidez e consistência para nossas análises e propostas, à luz dos valores ético-políticos que informam nossas intervenções profissionais” (SILVA, 2009, p. 447).

O Código de Ética profissional enquanto norteador do trabalho irá indicar o rumo das ações e intervenções desenvolvidas pelos profissionais, baseado em uma ideia de projeto societário. Ao afastarmos a ideia da dissociação das competências profissionais e aliarmos ao trabalho profissional as competências teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, alcançaremos o objetivo fim das ações educativas, horizontais, democráticas, políticas junto às famílias usuárias. O desafio, no entanto, é a materialização dos princípios do Código de Ética e das competências profissionais.

Acredita-se, assim, que instrumentos como o Código de Ética podem ser o caminho para ações condizentes com o projeto profissional hegemônico da categoria profissional. Dessa forma, seus princípios vão iluminando:

[...] os caminhos a serem trilhados, a partir de alguns compromissos fundamentais acordados e assumidos coletivamente pela categoria. Então ele não pode ser um documento que se “guarda na gaveta”: é necessário dar-lhe vida por meio dos sujeitos que, internalizando o seu conteúdo, expressam-no por ações que vão tecendo o novo projeto profissional no espaço ocupacional cotidiano (IAMAMOTO, 2015, p. 78).

Ao ser um (a) profissional ético, propositivo, criativo, resistente e em constante renovação, venceremos pequenas lutas diárias em qualquer instituição e/ou política, como: a participação e o controle social, a superação da cotidianidade, o pluralismo frente às outras categorias profissionais, a intersectorialidade, a interdisciplinaridade, o reconhecimento enquanto profissionais propositivos e não somente executivos.

3.2 O TRABALHO DOS/DAS ASSISTENTES SOCIAIS NO PLANTÃO SOCIAL DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: MEDIAÇÕES E DESAFIOS

O plantão social, por sua vez, constitui-se como um espaço que possibilita aos/as assistentes sociais realizar seu trabalho com foco nas famílias ou nos indivíduos que acessam, conforme configuração de cada espaço sócio-institucional. De forma geral, o plantão social, originário da política de saúde, constitui-se como um espaço de atendimento às livres demandas, no qual um ou mais assistentes sociais aguardam, de forma passiva, os usuários que buscam ao serviço (VASCONCELOS, 2006). Complementa-se ainda que o “plantão social é um meio pelo qual historicamente tem ocorrido a triagem e seleção de demandas para inclusão de atendimentos sociais, aplicado tanto pela organização estatal quanto em ações sociais privadas” (BRITO, 2005, p. 1).

Considerando que, historicamente, o plantão social fora um espaço marcado por um “atendimento emergencial à população que nele busca adquirir recursos financeiros, materiais e/ou encaminhamentos e/ou orientações” (FERNANDES, SILVA, JOANINI, 1998, p. 52), observa-se hoje que o plantão é agravado na conjuntura atual devido à crescente minimização do Estado e agudização da questão social no qual tem gerado um maior empobrecimento da classe trabalhadora, dentre tantas outras expressões da questão social enquanto reflexo do capitalismo maduro.

Esse quadro, por sua vez, seguindo a lógica de Iamamoto (2015), irá aumentar as populações sobrantes para as necessidades médias do próprio capital, fazendo crescer as exclusões em suas mais diversas formas, gerando fome, miséria extrema, acumulação e exploração por parte do capital, que resume o que Iamamoto (2015) retrata como uma violência institucionalizada das classes subalternizadas. Segundo a autora, “Estes novos tempos reafirmam, pois, que a acumulação de capital não é parceira da equidade, não rima com igualdade” (IAMAMOTO, 2015, p. 18).

Diante disso, os profissionais têm encontrado dificuldades para desenvolver seu trabalho de forma planejada e com objetivos bem definidos, devido à emergencialidade das demandas que chegam aos serviços, bem como ao espaço do Plantão Social. Durante o período de Estágio em que se atuou junto a esse espaço constituinte da proteção básica da política de assistência social, pode-se confirmar o quanto as demandas das famílias que acessam aos serviços, principalmente da assistência social, são emergenciais e agravadas.

Além disso, quando o plantão social desenvolve-se em uma instituição do chamado terceiro setor como a referida instituição de realização do estágio, observa-se que, além de assumir as características descritas acima, também “lidamos diretamente com a insuficiência de programas e recursos públicos capazes de responder às demandas da população usuária do serviço” (DOHER; COSTA, 2001, p. 1) que fazem uma gama de usuários dos mais diversos territórios procurarem serviços alternativos aos serviços públicos, como, por exemplo, as ONGS.

Diante da conjuntura atual, a proteção básica constituinte da política de assistência social que tem como objetivo principal a prevenção do agravamento das vulnerabilidades sociais acaba não conseguindo cumprir seu objetivo, visto que se obriga a atender demandas extremamente agravadas que chegam aos serviços ou ficam muito voltadas ao repasse de benefícios eventuais.

Desde o princípio, essas foram as principais dificuldades observadas no espaço do plantão social, no qual se realizavam atendimentos pontuais para resposta às demandas imediatas dos/as usuários/as como a cesta básica, doação de fraldas e/ou leite, doações diversas, isenção para segunda via de documentação, considerando esses aspectos não se conseguia obter uma clareza quanto à finalidade dos atendimentos para além do repasse de recursos.

Esse agravamento das demandas que chega à política de assistência social pode se explicar pela cultura e a crença da associação dessa política ao fracasso, visto que a família e o mercado são considerados pelo senso comum como os principais meios para a provisão do bem-estar e só se recorre aos serviços públicos quando esses dois canais falham (MIOTO, 2013), fazendo com que as demandas cheguem extremamente agravadas aos serviços e, muitas vezes, já com o rompimento de vínculos, dificultando ou impossibilitando a prevenção dos riscos sociais.

Esse caráter temporário e da busca da política estar relacionada à falência fora muito observada na prática do plantão social, já que as famílias acessam ao serviço quando esgotaram todas as suas possibilidades de subsistência com demandas emergenciais de suprimento de necessidades básicas como alimentação, materiais de higiene e doações em geral. Assim, o plantão acaba assumindo algumas características específicas, visto que, seguindo a lógica de Vasconcelos (2006), o plantão social constitui-se como um espaço não planejado, nem avaliado, ficando muito voltado ao trabalho não reflexivo.

Seguindo a lógica de Duriguetto (2011), quando os profissionais atuam em políticas sociais reduzidas e focalizadas, sua atuação tende a se basear em intervenções mais imediatistas. No entanto, visando articular nosso trabalho profissional com vistas à contra-hegemonia do capital, devemos buscar pensar em mediações (PONTES, 2000), muitas vezes em espaços com recursos escassos, para renovar esses espaços e torná-los condizentes aos princípios do Código de Ética profissional.

A categoria da mediação permite-nos criar formas de trabalho que estejam além do aparente, alcançando sua essência, ou seja, por meio das dimensões teórico-metodológicas e ético-políticas, para balizar as competências técnico-operativas que, aliadas ao trabalho, obtém-se uma prática profissional crítica, questionadora, renovadora e para além do senso comum. Esses espaços que nos deparamos, como o plantão social, muitas vezes já estão “dados” e institucionalizados; no entanto, podem-se utilizar-se desses espaços para transformá-los e torná-los um meio para o fim que se deseja alcançar.

Durante as vivências do Estágio Curricular no plantão social, buscou-se criar estratégias simples para fazer com que a demanda imediata que chegava ao serviço fosse uma potencializadora de um atendimento qualificado⁹. Isso não significa extinguir o repasse de benefícios ou passar por cima da demanda apresentada pelo usuário, mas sim, com base nos recursos disponíveis, pensar estratégias para modificar o caráter historicamente imediatista dos atendimentos de plantão social.

Algumas das estratégias utilizadas no período de estágio curricular obrigatório constam abaixo:

⁹ Ver mais sobre entrevistas em Lewgoy e Silveira (2007)

- Criar materiais informativos com os serviços disponíveis aos/as usuários/as, a também chamada “rede”;
- Utilizar-se de momentos com caráter mais “burocrático” como o preenchimento da ficha sócio-econômica e/ou prontuário para buscar a vinculação do/a profissional com o/a usuário/a, bem como utilizar-se desses instrumentos como um meio para a realização de pesquisas e levantamento de dados como forma de conhecimento da população usuária do serviço;
- Na medida do possível, esclarecer o que é o Serviço Social e o que é o espaço do plantão social (para além dos encaminhamentos e benefícios eventuais), buscando proporcionar outra perspectiva sobre o espaço, tanto para usuários/as quanto para colegas de trabalho e o direito de acesso à informação;
- Analisar as vulnerabilidades sociais que estão “mascaradas” pela demanda pontual;
- Registrar as informações e relatos que forem convenientes para os próximos atendimentos e seguindo os objetivos, bem como levando em consideração princípios ético-políticos;
- Realizar atendimentos com a porta fechada, conforme Resolução do CFESS 493/2006;
- Sugerir que, caso seja realizado um encaminhamento para um serviço externo, o/a usuário/a volte para dar um retorno, buscando, além da vinculação, a continuidade dos atendimentos;
- Buscar que os repasses solicitados como benefícios eventuais possam ser garantidos como direito de forma contínua pelo Estado, se possível;
- Manter contato com a rede setorial e intersetorial visando à integralidade¹⁰;
- Identificar as demandas comuns dos/as usuários/as que acessam ao plantão social para buscar estratégias de atendimentos mais coletivos, como a dinâmica de grupos;
- Utilizar dos instrumentos que a profissão dispõe para além do atendimento como a visita domiciliar (quando se julgar necessário e houver uma finalidade clara para tal);

¹⁰ Conjunto articulado e contínuo das ações e serviços (BRASIL, 1990)

E, por fim, estratégias que não foram implementadas por diversos fatores, mas que também se constituem como meios em potencial para qualificação do espaço:

- Incentivar à participação e controle social;
- Buscar formas de avaliação e sugestões no que se refere aos atendimentos pela população usuária, preferencialmente sem que identifique os sujeitos para constante renovação e qualificação do espaço, bem como da prática profissional;
- A sala de espera como possível momento de reflexão coletiva e apresentação do plantão social e do Serviço Social; a pesquisa como um aliado à qualificação do trabalho profissional; os grupos como espaço coletivo de socialização e compartilhamento de vivências.

Os itens citados acima são apenas alguns exemplos que podem ser utilizados, adequados e readequados na busca de um plantão social renovador, o que, por sua vez, tem sido um desafio para o trabalho de uma categoria profissional que busca a superação de um passado histórico de benesse e assistencialismo.

Muitas das características do plantão social que observamos atualmente constituem-se enquanto “resquícios” de seu passado histórico. Mas com a busca de algumas estratégias, para além, inclusive das que foram citadas anteriormente, é possível transformá-lo em um espaço democrático e com vistas à busca da efetivação dos direitos sociais da população usuária. Para isso, é necessário que se rompa com o modelo do plantão social enquanto:

[...] porta da ajuda, porta da caridade, porta de perpetuação da cultura do assistencialismo, pela qual as pessoas acessam a recursos limitados, fragmentados e provisórios e se transforme em porta de acesso a direitos universais de cidadania. (BRITO, 2005, p. 3)

O plantão social, como tantos outros espaços, nada mais é que uma possibilidade para o trabalho profissional que pode ser transformado segundo os princípios ético-políticos e objetivos norteadores por um projeto societário contra a ordem vigente, além da possibilidade de uma análise crítica da realidade. Sendo assim, este espaço constitui-se como uma forma de instrumentalidade dos/das profissionais, visto que a instrumentalidade é representada pela capacidade de criar

e adequar as condições existentes, propondo atividades prático-reflexivas com vistas a alcançar um fim desejado, ou seja, seu objetivo e intencionalidade (GUERRA, 2007).

A busca pelo trabalho social qualificado com as famílias usuárias exige que nos reinventemos todos os dias em busca de mediações criativas e propositivas, e não meramente executivas; que nos aproximemos cada vez mais da classe trabalhadora entendendo-nos como tal na constante busca por nossos direitos. Isso que nos parece tão esgotante em um primeiro momento, faz com que matem os monstros do senso comum por dia e possamos ver as “flores vivas” (MARX, 1977), enquanto fruto desse trabalho árduo na busca constante por direitos das populações historicamente desassistidas, nos pequenos resultados do dia-a-dia desde um questionamento ao instituído, a efetivação do controle social até a real tomada de consciência da classe trabalhadora contra a alienação.

4 CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-DEMOGRÁFICA E SÓCIO-ECONÔMICA DOS (AS) USUÁRIOS (AS) DO PLANTÃO SOCIAL DA PEQUENA CASA DA CRIANÇA

A pesquisa iniciada durante o período de estágio e continuada durante a realização do TCC I e II fora intitulada “O PLANTÃO SOCIAL NA PEQUENA CASA DA CRIANÇA: Caracterização sócio-demográfica e econômica dos (as) usuários (as)”. Teve como objetivo traçar um perfil dos/das usuários/as que acessaram ao plantão social da Pequena Casa da Criança durante o período de 2015 a outubro de 2017. Esse período fora delimitado por ser o ano de ingresso da atual assistente social na instituição e que, conseqüentemente, foram atualizadas as fichas sócio-econômicas alterando seu questionário até o momento de início da coleta de dados.

A respectiva pesquisa fora de caráter documental, quantitativa com o uso do software SPSS20 e uma posterior análise qualitativa desses dados, sempre norteada pelo método dialético-crítico. Dessa forma, a referida pesquisa propôs-se, após a aprovação do Comitê de Ética do Instituto de Psicologia, realizar uma coleta de dados das fichas sócio-econômicas dos/as usuários/as do Serviço Social.

Essas fichas organizam-se em dois arquivos, um arquivo “morto”, usuários/as que não acessaram ao Serviço Social ou não tiveram relação com o setor por meio de outros programas da instituição há, pelo menos, dois anos. E no outro arquivo ficam as fichas dos/das usuários/as ativos do serviço. A coleta de dados levou seis meses para ser finalizada, com a periodicidade de coleta de dois dias na semana e fora revisada do início ao fim, repassando todas as fichas três vezes.

As fichas dos/das usuários/as que acessaram ao Serviço Social de maneira direta por meio do plantão social, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para idosos, encaminhamentos da rede externa ou interna, ou de forma indireta, via outros programas da instituição que solicitam o “respaldo” do Serviço Social seja para atendimentos ou acompanhamento de famílias, totalizam o número de 385 usuários/as do setor de Serviço Social. Realizando o recorte do plantão social, obtivemos o número total de 255 usuários/as que acessaram o serviço de 2015 a 2017.

Dessas 255, foram descartadas 73 fichas por estarem desatualizadas e para manter a padronização dos dados, ou seja, essas se constituíam como fichas antigas, fora do padrão atual e que contêm questões distintas. Além dessas foram descartadas também outras 30 fichas por serem usuários/as que acessaram ao Serviço Social por

encaminhamentos internos da instituição para acesso de auxílios ou outras demandas extremamente pontuais, mas que não se teve certeza no momento da análise das fichas se ocorreram nos turnos de plantão e também foram descartadas por se acreditar que descaracterizam o objetivo do plantão social na instituição que é de atendimento à livre demanda da comunidade, visto que se tratam de atendimentos baseados em atribuições dadas ao Serviço Social pela instituição, como o preenchimento do FIB/TRI¹¹ ou marcação de consultas com o cardiologista voluntário.

Considerando os números anteriormente descritos, trabalhamos com o universo total de 255 fichas de usuários ativos (U) e a amostra de 152 fichas utilizadas para este trabalho, considerando os critérios de inclusão e exclusão (N).

A necessidade de realização da pesquisa fora sentida durante o Estágio II no momento de implementação do projeto de intervenção, junto ao Plantão Social na Pequena Casa da Criança. O plantão ocorre em dois turnos semanais e durante os atendimentos observou-se que as demandas e vulnerabilidades dessa população usuária eram muito semelhantes, mas com frequências de acesso bem distintas. Observou-se também um perfil muito semelhante desses/as usuários/as, mas que não se tinham dados concretos, fidedignos que comprovassem que população usuária era essa e de que forma poderia se pensar atendimentos para além dos atendimentos individuais do plantão social. Para além de traçar o perfil dessa população estava também o objetivo de contribuir cientificamente para a qualificação posterior desse espaço com os frutos da respectiva pesquisa.

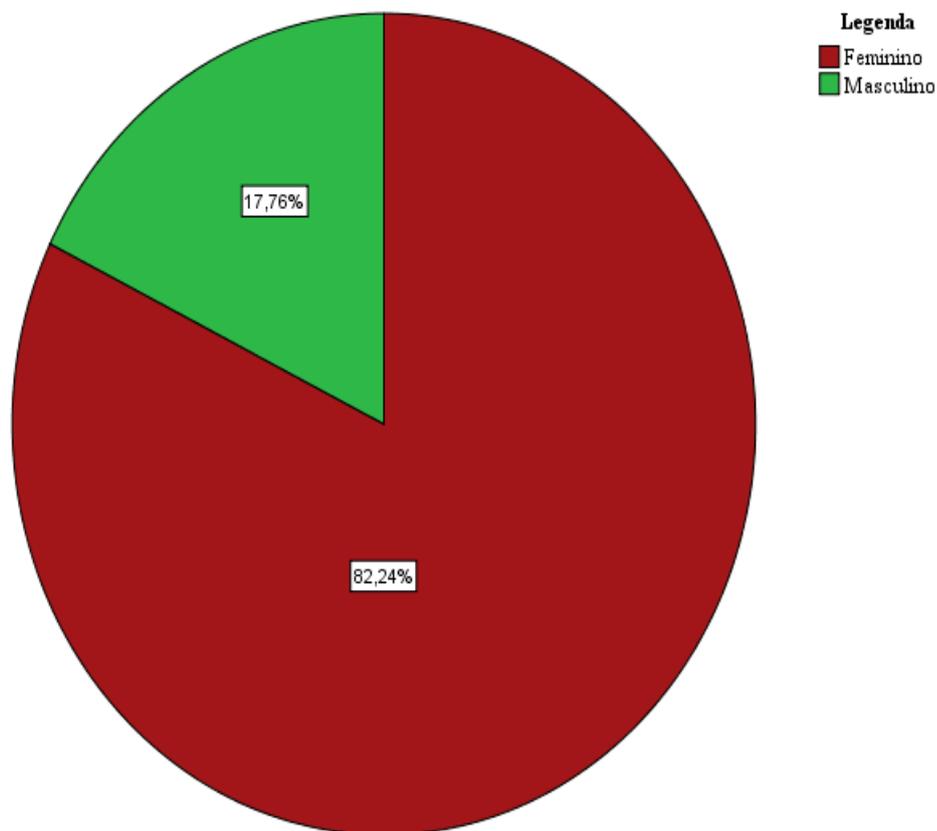
O que não se estava previsto nessa pesquisa, mas que ao fim desta pode-se avaliar como positivo fora o fato de transformar um instrumento considerado meramente burocrático como um meio para novas proposições e como uma possibilidade de qualificação dos espaços pensando na principal motivação para tal: a população usuária, suas características, necessidades e resistências diárias.

Para além disso, ressalta-se a importância, também percebida durante esse processo, das dimensões vivenciadas no período de estágio através do ensino, pesquisa e assistência. O ensino e a pesquisa atrelados à graduação potencializada pela supervisão de estágio, a pesquisa como um meio qualificado para um trabalho propositivo e reflexivo e a assistência aos usuários como sujeitos fim desse tripé e motivadores para que se tenha sempre espaços de atendimento e escuta qualificados.

¹¹ Ficha de Inscrição do Beneficiário TRI, para isenção de passagens para o transporte das crianças e adolescentes inscritos no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

Dessa forma, buscou-se responder a quatro questões norteadoras dessa pesquisa, sendo a primeira delas: “Qual o perfil sócio-econômico e social dos/as usuários/as que acessam ao Plantão Social da Pequena Casa da Criança?” Com a obtenção dos dados finais, podemos afirmar que essa população usuária é composta majoritariamente por mulheres, em idade adulta compreendida entre 30 a 59 anos e em sua maioria na faixa dos 35 anos, solteiras, autodeclaradas negras, com baixa escolaridade, renda per capita de até meio salário-mínimo (até R\$ 477,00) e uma média mensal de R\$ 303,29, conforme os gráficos abaixo:

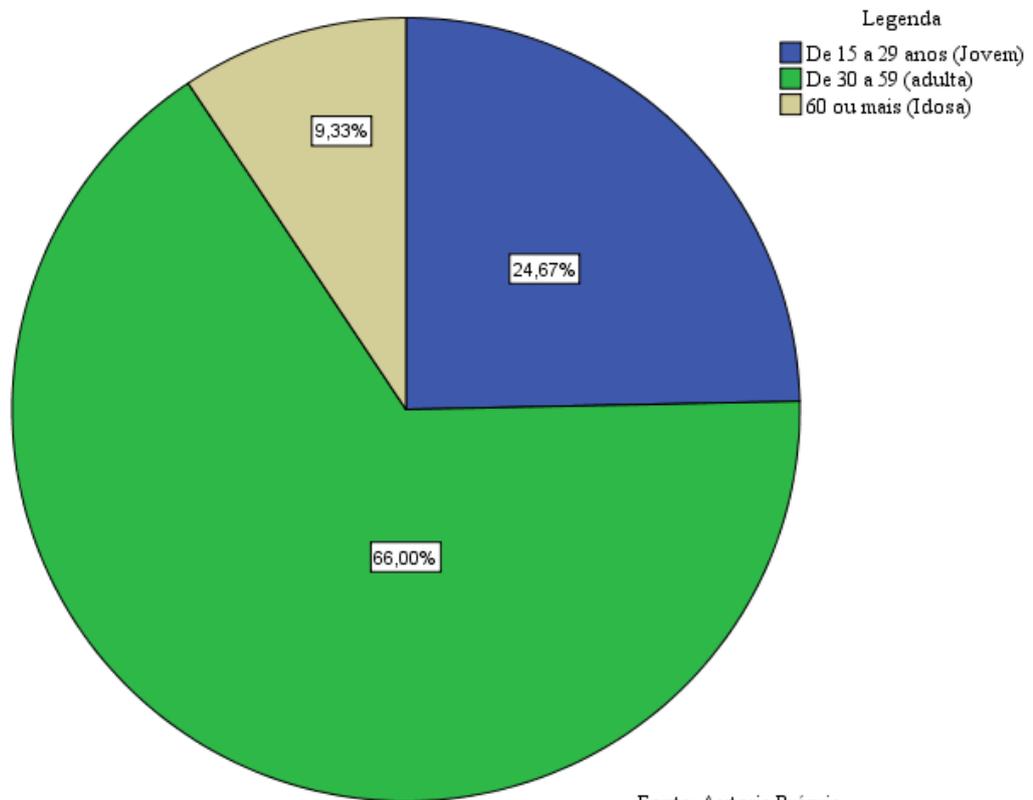
GRÁFICO 1- Sexo/gênero dos/das usuários/as que acessaram ao Plantão Social da Pequena Casa da Criança no período de 2015 à outubro de 2017



Fonte: Autoria própria

Conforme o gráfico 1, observa-se que os/as usuários/as do plantão social constituem-se majoritariamente do sexo feminino (82,24%), enquanto do sexo masculino representa-se pela porcentagem de 17,76%.

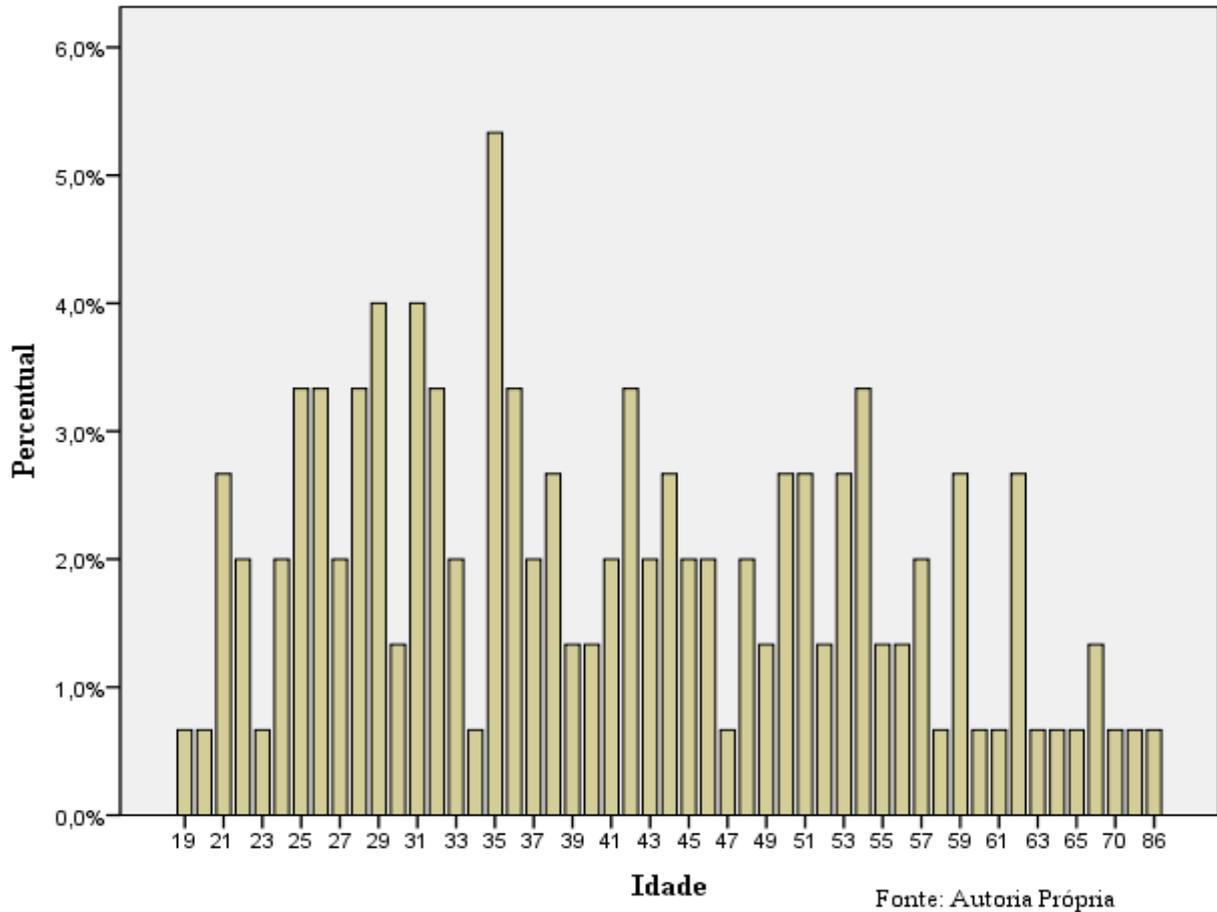
GRÁFICO 2- Faixa etária dos/das usuários/as que acessaram ao Plantão Social da Pequena Casa da Criança no período de 2015 à outubro de 2017



Fonte: Autoria Própria

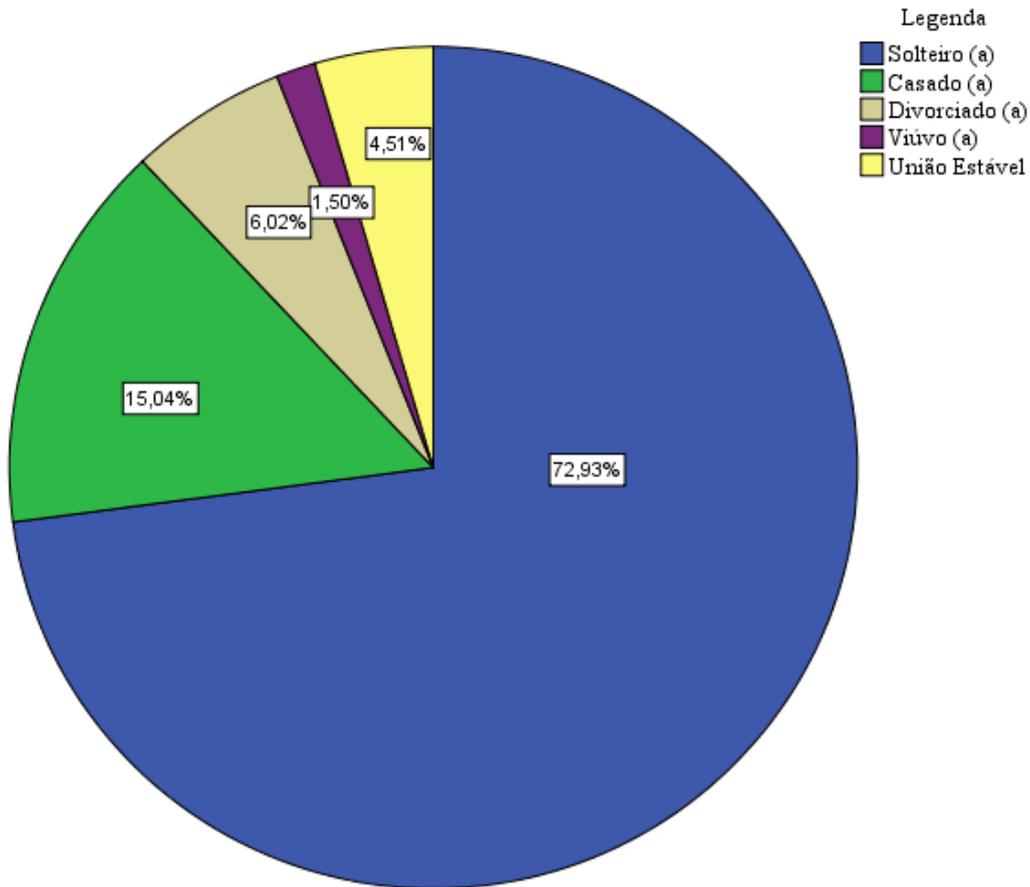
O gráfico 2 mostra a principal faixa etária dos/das usuários/as, constituindo-se majoritariamente pela faixa etária adulta, de 30 a 59 anos, representando 66% das usuárias, seguida pela faixa etária de 15 a 29 anos, representando 24,67% das usuárias compreendidas como jovens. Por fim, obtemos o dado de 9,33% das usuárias compreendidas na faixa etária de 60 anos ou mais, representando a população idosa.

GRÁFICO 3- Idade predominante dos/das usuários/as que acessaram ao Plantão Social da Pequena Casa da Criança no período de 2015 à outubro de 2017



Tendo em vista que a maior parte da população usuária do plantão social, que acessou no período delimitado anteriormente, ocupa a faixa etária adulta, de 30 a 59 anos, o Gráfico 3 especifica o dado apresentado no gráfico 2, além de informar que a maior parte dos/das usuários/as possui 35 anos de idade.

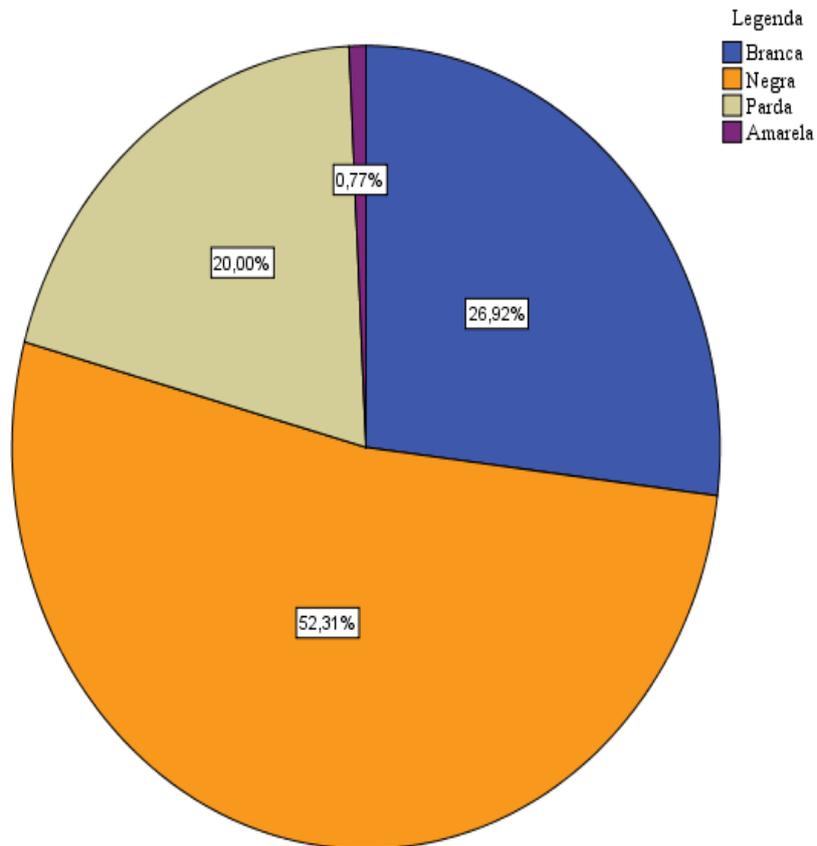
GRÁFICO 4- Estado civil dos/das usuários/as que acessaram ao Plantão Social da Pequena Casa da Criança no período de 2015 à outubro de 2017



Fonte: Autoria própria

O gráfico 4 demonstra o estado civil dos/das usuários/as, sendo a maioria deles/as solteiros/as (72,93%), seguidos pela população de casados/as (15,04%), os divorciados compreendem-se em 6,02%, união estável representando 4,51% dos/das usuários/as e, por fim, os/as viúvos/as que se compreendem em 1,50% do total de usuários/as.

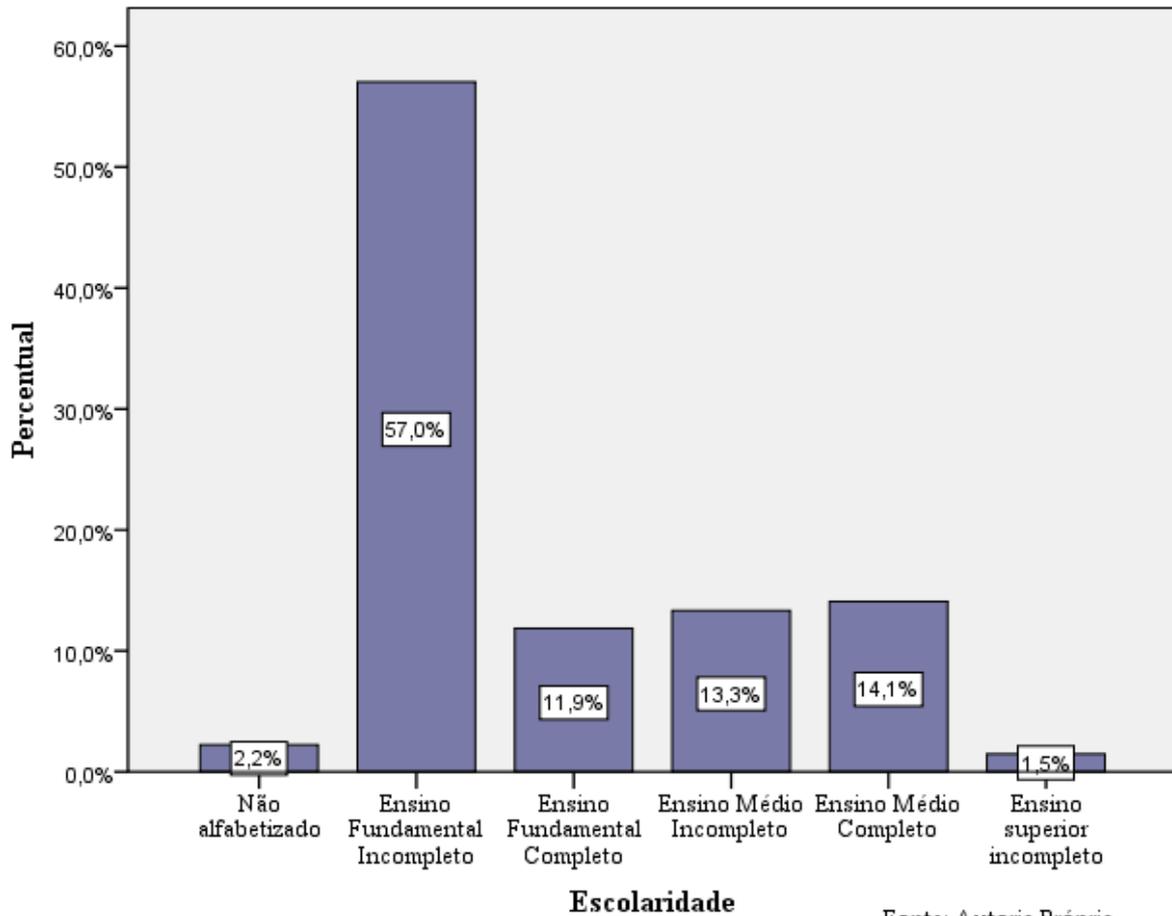
GRÁFICO 5- Cor/Etnia autodeclarada dos/das usuários/as que acessaram ao Plantão Social da Pequena Casa da Criança no período de 2015 à outubro de 2017



Fonte: Autoria Própria

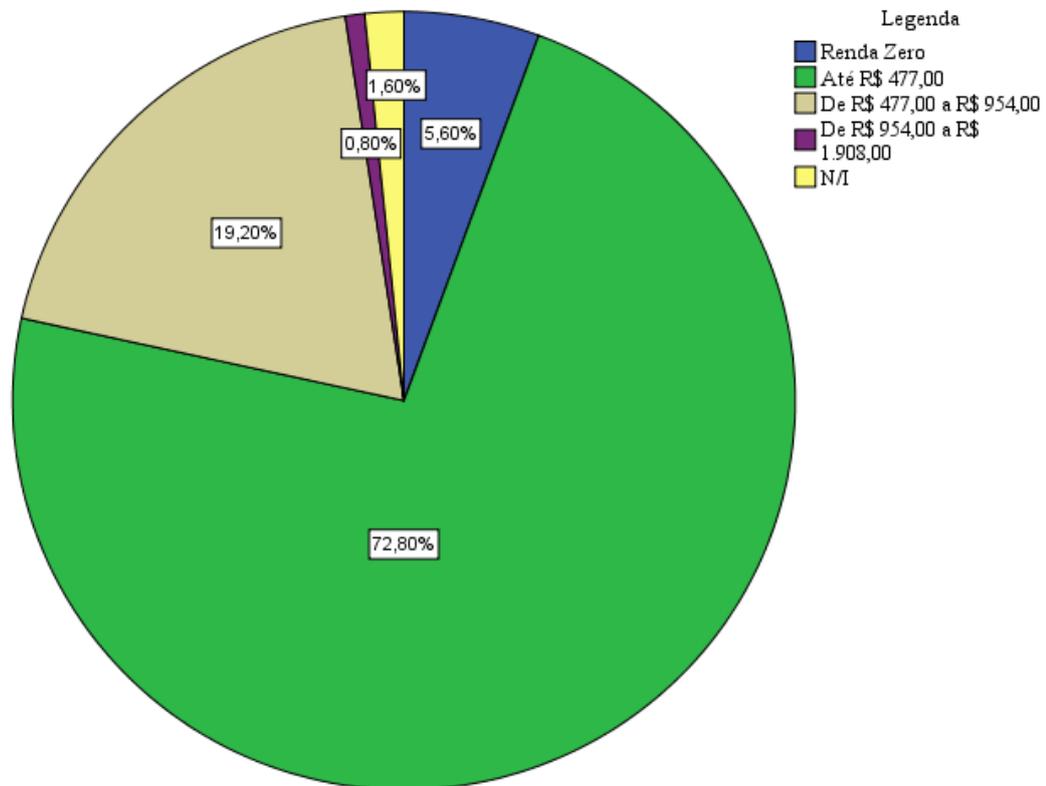
O gráfico 5, nos mostra que a maioria dos/as usuários/as autodeclara-se negra (52,31%), seguida pelos/as que se declaram brancos/as (26,92%), os/as pardos/as representando 20% do total dos/as usuários/as e, por fim, 0,77% que se declaram amarelos/as.

GRÁFICO 6- Taxa de escolaridade dos/das usuários/as que acessaram ao Plantão Social da Pequena Casa da Criança no período de 2015 à outubro de 2017



O gráfico 6 representa as baixas taxas de escolaridade da população usuária, sendo 57% dos/as usuários/as que não concluíram o ensino fundamental, 14,1% possuem ensino médio completo, 13,3% não concluíram o ensino médio, 11,9% concluíram o ensino fundamental, 2,2% não possuem alfabetização e apenas 1,5% possuem ensino superior incompleto, comprovando o quanto a educação no Brasil constitui-se ainda enquanto um privilégio e não um direito.

GRÁFICO 7- Renda per capita dos/das usuários/as que acessaram ao Plantão Social da Pequena Casa da Criança no período de 2015 à outubro de 2017



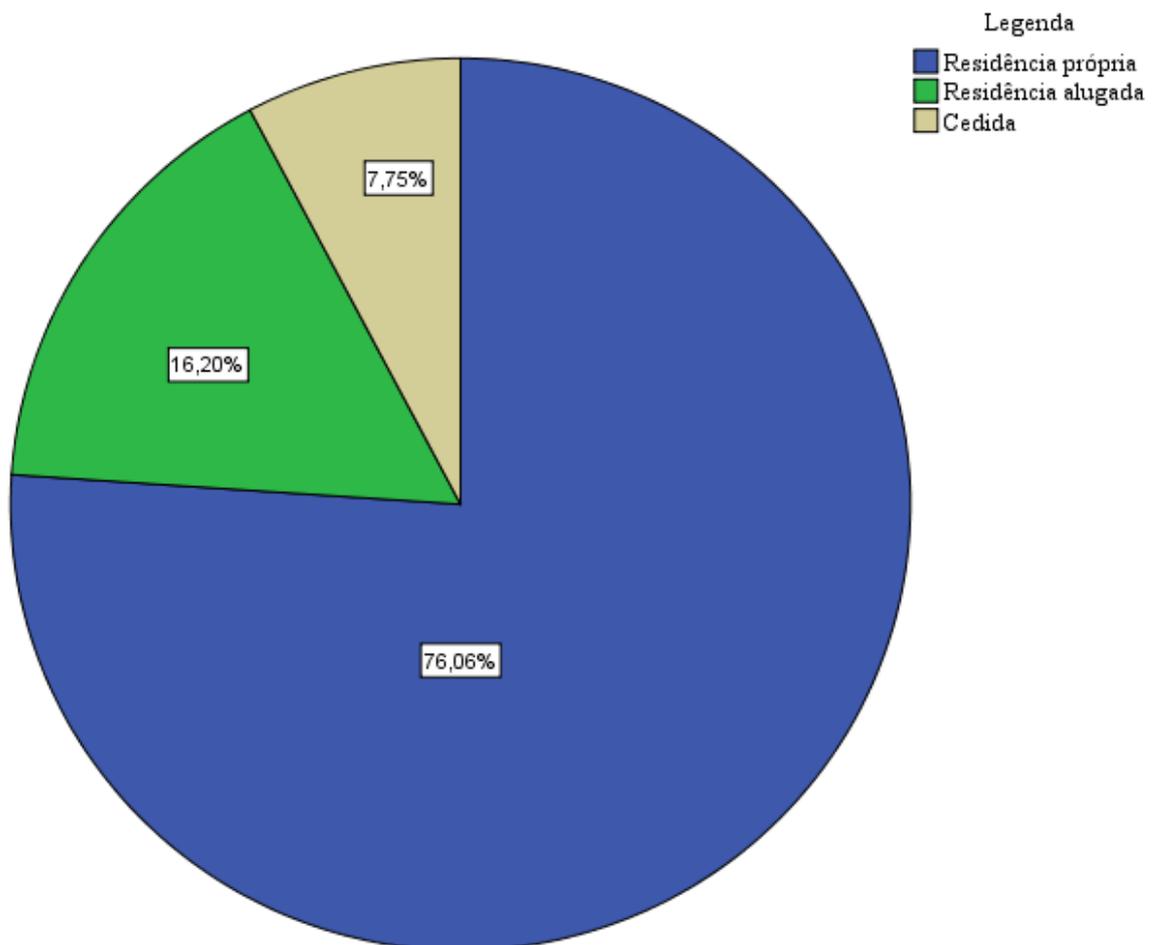
Fonte: Autoria Própria

Segundo o que consta no gráfico 7 observa-se que, a renda per capita dos/das usuários/as com base no salário-mínimo vigente (R\$ 954,00). A renda per capita é calculada com base na soma da renda de todos os indivíduos que residem na mesma moradia, sem contar os gastos que terão sob esse valor. Sendo assim, a maioria da população usuária (72,80%) possui uma renda per capita de até meio salário-mínimo, ou seja, de R\$ 0 a R\$ 477,00; 19,20% da população usuária possuem uma renda per capita de meio a um salário-mínimo (de R\$ 477,00 à R\$ 954,00); 5,60% dos/das usuários/as declaram possuem renda zero e 1,60% não informaram sua renda. Além disso, 0,80% declaram receber de um a dois salários-mínimos.

Com base nos dados acima apresentados, já podemos delimitar algumas características dos/das usuários/as do plantão social da Pequena Casa da Criança: esses/as usuários/as constituem-se majoritariamente mulheres, negras, em idade adulta, solteiras, de baixa renda – em sua maioria até meio salário-mínimo- e com baixa escolaridade – a maioria com ensino fundamental incompleto, nos mostrando o clássico “rosto” que as periferias brasileiras assumem hoje.

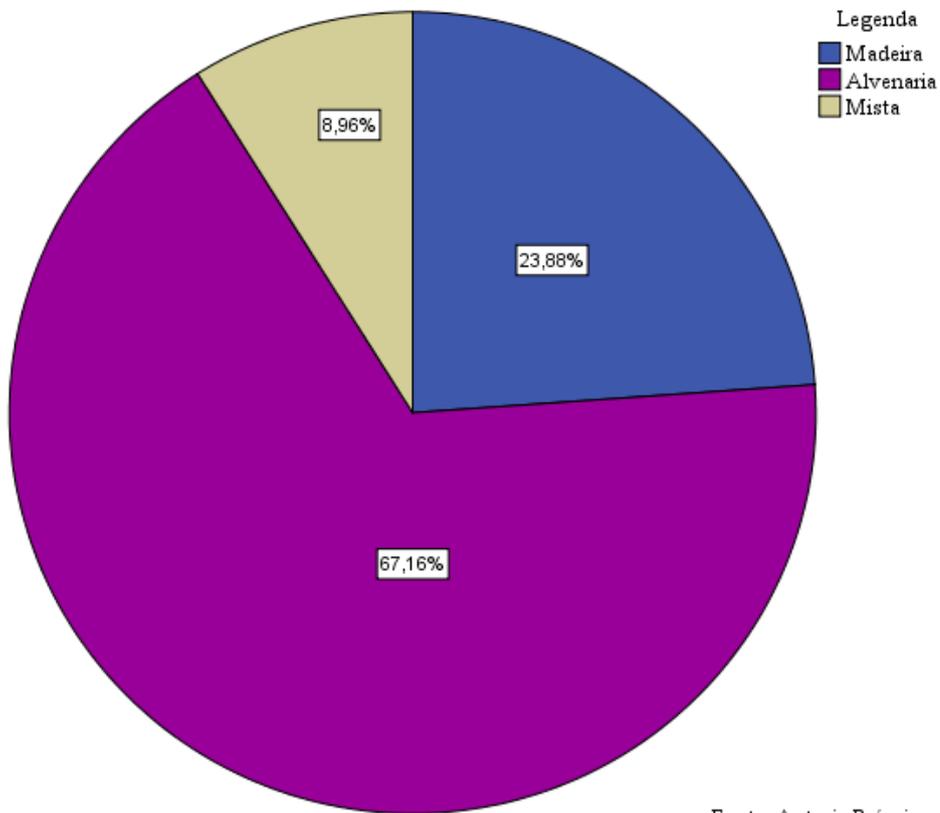
Para além dos dados anteriormente citados, podemos complementar com outros sobre o perfil sócio-econômico dos/das usuários/as do plantão social, permitindo, inclusive, que se faça um desenho do perfil dos moradores da comunidade atendida para além do plantão social. Esses dados mostram que a população usuária reside, majoritariamente, em casas próprias, construídas de alvenaria, com banheiro, com a média de 4 cômodos e 4 moradores residentes, com acesso à energia elétrica e água de forma irregular, conforme demonstram os gráficos de 8 a 12 a seguir:

GRÁFICO 8- Situação da moradia dos/das usuários/as que acessaram ao Plantão Social da Pequena Casa da Criança no período de 2015 à outubro de 2017



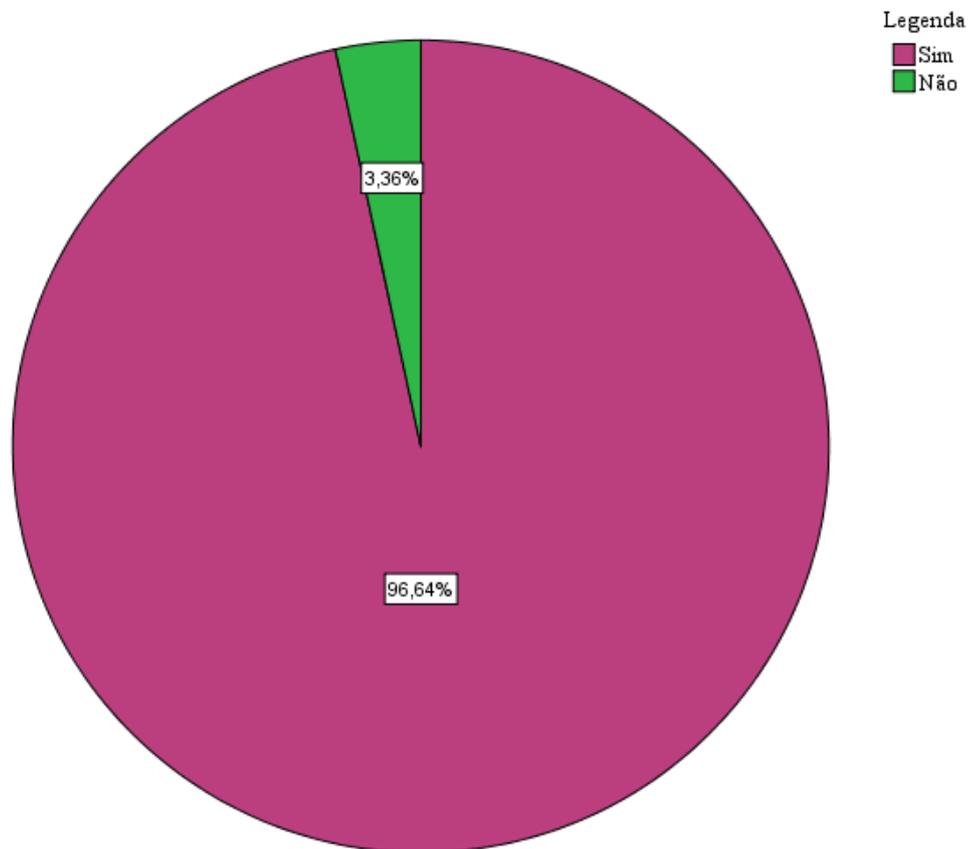
Fonte: Autoria Própria

GRÁFICO 9- Material da moradia dos/das usuários/as que acessaram ao Plantão Social da Pequena Casa da Criança no período de 2015 à outubro de 2017



Os gráficos 8 e 9 apresentam a situação da moradia dos/as usuários/as. No gráfico evidencia-se que 76,06% possuem residência própria, 16,20% possuem residência alugada e 7,75% moram em residência cedida. Quanto ao material da moradia, no gráfico 9 especifica-se que 67,16% dos/as usuários/as residem em casas de alvenaria, 23,88% residem em casas de madeira e 8,96% residem em casas de material misto.

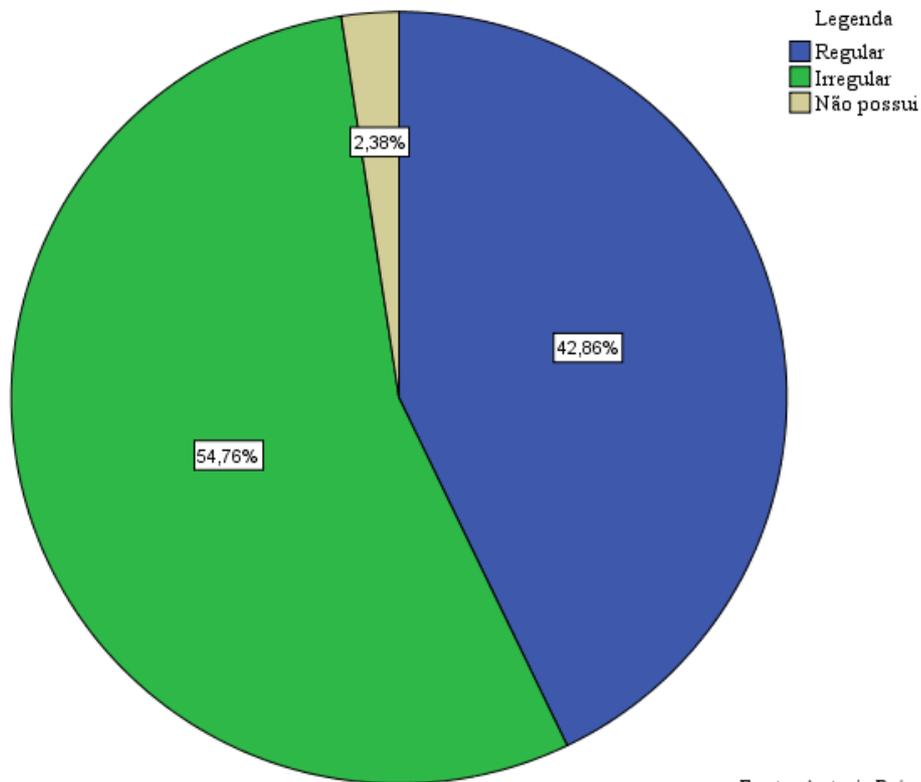
GRÁFICO 10- Existência ou não de banheiro na residência dos/das usuários/as que acessaram ao Plantão Social da Pequena Casa da Criança no período de 2015 à outubro de 2017



Fonte: Autoria própria

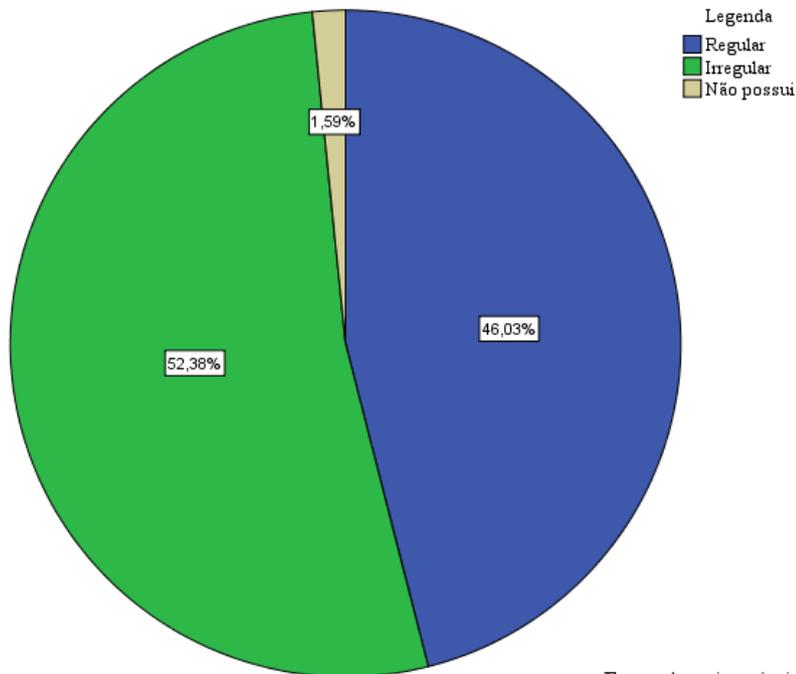
O gráfico 10 demonstra que 96,64% das residências possuem banheiro e 3,36% não possuem banheiro. Contudo, o acesso à água e energia elétrica da população usuária constitui-se majoritariamente de forma irregular, conforme confirma os gráficos a seguir (gráfico 11 e gráfico 12).

GRÁFICO 11- Situação do acesso ou inexistência de acesso à energia elétrica da residência dos/das usuários/as que acessaram ao Plantão Social da Pequena Casa da Criança no período de 2015 à outubro de 2017



O gráfico 11, apresenta os dados de acesso à energia elétrica pelas famílias, sendo 54,76% com acesso irregular, 42,86% com acesso regular e 2,38% não possui acesso à energia elétrica.

GRÁFICO 12- Situação do acesso ou inexistência de acesso à água da residência dos/das usuários/as que acessaram ao Plantão Social da Pequena Casa da Criança no período de 2015 à outubro de 2017



Fonte: Autoria própria

Conforme o gráfico 12, a maioria da população (52,38%) possui acesso irregular à água, 46,3% possuem acesso regular e 1,59% não possui acesso.

Vale ressaltar ainda que a obtenção de renda e/ou ocupação dessas famílias constitui-se, por meio dos dados coletados, principalmente pelo programa bolsa família, trabalho formal, seguidos pelo trabalho informal, conforme apresentado no quadro 2. Esse dado corresponde aos rendimentos de toda a família. Neste caso, é um dado que possui múltiplas respostas, ou seja, em uma família pode haver três formas ou mais de obter rendimentos. Assim, uma resposta não exclui a outra e as ocupações e/ou formas de obtenção de renda podem coexistir, conforme representado no quadro abaixo.

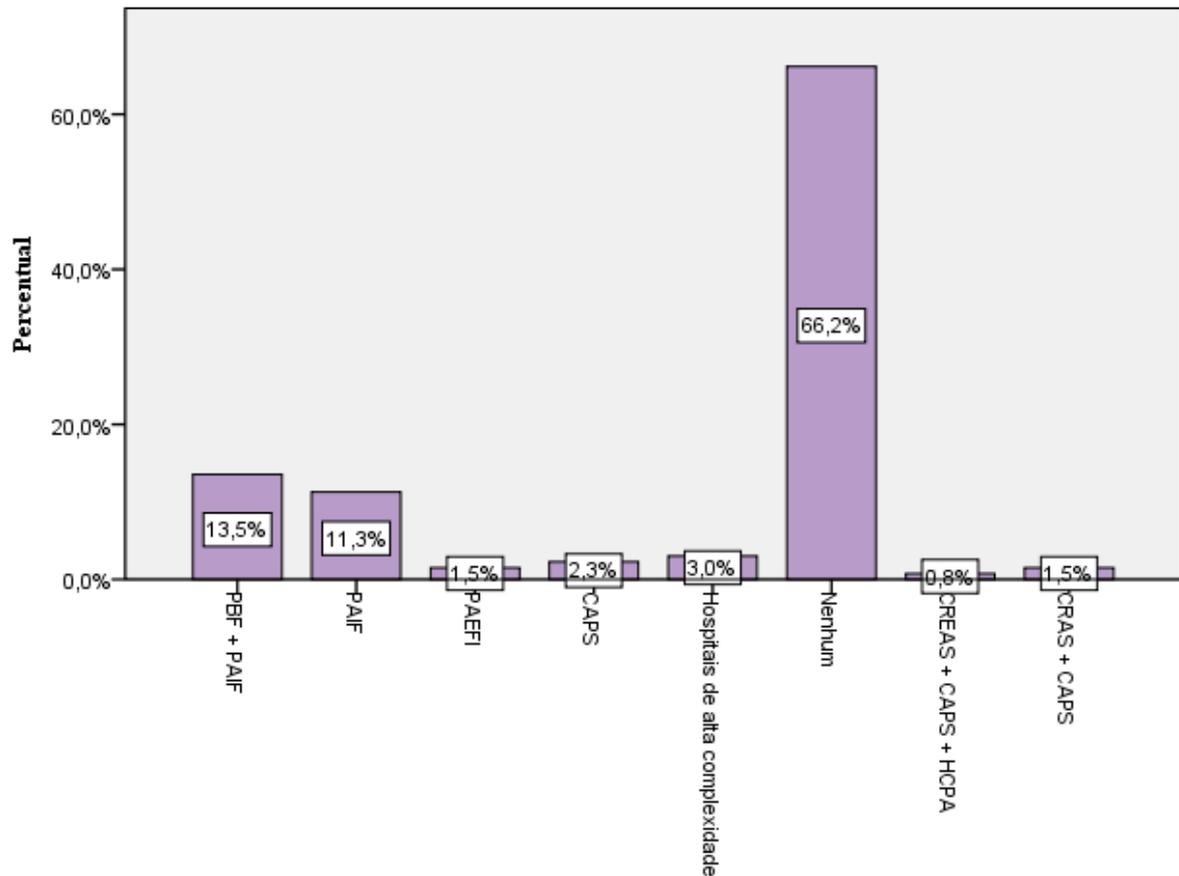
Quadro 2- Formas de obtenção de renda e/ou ocupação dos/das usuários/as que acessaram ao Plantão Social da Pequena Casa da Criança no período de 2015 à outubro de 2017

OBTENÇÃO DE RENDA	NÚMERO DE CASOS	PORCENTAGEM
Beneficiário do PBF	51	24,4%
Trabalho formal	47	22,5%
Trabalho informal	35	16,7%
Aposentado/pensionista	33	15,8%
Beneficiário do BPC	16	7,7%
N/A (desempregado)	8	3,8%
Pensão Alimentícia	6	2,9%
Auxílios/ajuda	4	1,9%
Outros	4	1,9%
Seguro Desemprego	3	1,4%
Programa Jovem Aprendiz	1	0,5%
Auxílio Maternidade	1	0,5%
Total	209	100%

Fonte: Autoria Própria

Considerando que a maioria dos/as usuários/as são beneficiários do Programa Bolsa Família e que um dos objetivos do Programa é garantir o acompanhamento das políticas sociais como saúde, educação e assistência social, pode-se verificar o quanto o Programa não tem conseguido dar conta desses acessos, visto que, no quadro 2 é evidenciado que 24,4% das famílias são beneficiárias do programa, mas apenas 13,5% possuem um acompanhamento da política de assistência social referente à proteção básica e 1,5% à média complexidade. Esses dados ficam mais bem explicitados no gráfico a seguir, de nº 13, confirmando o acompanhamento contínuo da política de assistência social por meio do PAIF ou do PAEFI a única que não se constitui como um “pré-requisito” para recebimento do benefício, mas sim um direito das famílias.

GRÁFICO 13- Inserção em outros programas sociais e serviços dos/das usuários/as que acessaram ao Plantão Social da Pequena Casa da Criança no período de 2015 à outubro de 2017



Fonte: Autoria Própria

O gráfico 13 apresenta a inserção das famílias em outros programas sociais. Esses dados instigam-nos à problematização, tendo em vista que a maioria da população usuária do serviço é residente em uma comunidade marcada pela vulnerabilidade social e, em sua maioria, pobre, mulher, negra e de baixa escolaridade. Considerando a necessidade de um acompanhamento das políticas, conclui-se que, por maior que seja a vulnerabilidade social dessa população usuária, estas não possuem um acompanhamento de nenhuma política social, com exceção da atenção básica em saúde que não tem essa opção a ser marcada na ficha, mas que também não é citada pelos/as usuários/as. Avalia-se, assim, o quanto a cobertura das políticas sociais públicas tem sido limitadas e o quanto o chamado terceiro setor tem “coberto esses furos” gerados pela minimização estatal e pelo sucateamento dessas políticas.

Analisando os gráficos e o quadro anteriormente apresentados podemos concluir que essa população vive em situação de vulnerabilidade social, entendida enquanto uma situação:

[...] na qual os recursos e habilidades de um determinado grupo são insuficientes e/ou inadequados para manejar as ofertas sociais, as quais possibilitariam ascender a maiores níveis de bem-estar ou reduzir a probabilidade de deterioração das condições de vida dos atores sociais. (FERNANDES; HELLMANN, 2016, p. 301)

As autoras ainda complementam sobre a condição de vulnerabilidade social como “uma condição relacionada à inserção e estabilidade no mercado de trabalho, à fragilidade de suas relações sociais e à regularidade e qualidade de acesso aos serviços públicos ou outras modalidades de proteção social” (FERNANDES; HELLMANN, 2016, p. 302).

Considerando os aspectos anteriormente citados, conclui-se que esta população encontra-se nessa condição da qual não necessariamente seja estática, mas pode ser transitória. Essa conclusão deve-se ao fato de a maioria da população (57%) não ter conseguido nem concluir o ensino fundamental, ser autodeclarada negra (52,31%), do sexo feminino (82,24%) e com uma renda média mensal por família de R\$ 303,29, representando 31,79% do valor do salário mínimo vigente (R\$ 954,00). Todos esses aspectos auxiliam para que essa população esteja em uma condição marginalizada, seja econômica ou socialmente, visto que, considerando a discriminação do papel da mulher em uma sociedade patriarcal, historicamente estas são consideradas como indivíduos submissos que devem sempre atender às vontades e expectativas de alguém do sexo oposto, vivendo em um ciclo histórico de opressão.

Apesar de as mulheres terem lutado muito e, com isso, conquistado seu espaço social e político, as dificuldades e desigualdades encontradas continuam presentes. A questão das desigualdades de gênero quando associadas à discriminação da etnia é ainda mais agravada, tanto social quanto profissionalmente. Isso se deve, principalmente, ao extenso histórico de escravidão vivenciada na constituição histórica do Brasil, no qual se criou uma cultura de barbárie e de superioridade dos brancos, os chamados “senhores”, sobre os negros, os escravos e as mulheres negras.

Em se tratando do espaço no mercado de trabalho, a desigualdade social presente, dentre tantos espaços sociais e políticos, faz com que as mulheres sofram

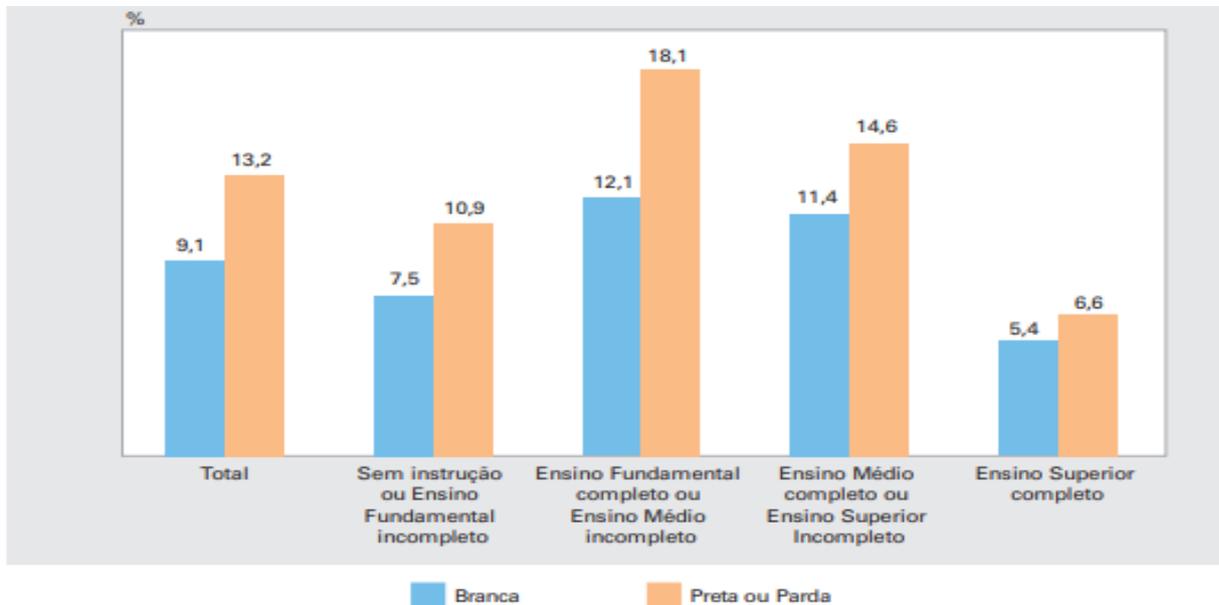
uma desvalorização em comparação ao papel masculino, seja pela preferência das empresas pelo sexo masculino, pela desigualdade salarial ou pela diferença da ocupação de cargos de chefia.

Segundo dados do IBGE do ano de 2009, 94,5% das mulheres ocupadas estavam designados para serviços domésticos, reforçando a ideia da desigualdade de gênero e da associação histórica da mulher aos cuidados do lar e dos filhos (ANEXO C). Destes 94,5%, 61,6% são pretos ou pardos. Além disso, segundo os dados do IBGE (2009), no mesmo ano, as mulheres com carteira assinada no setor privado representavam 35,5% sobre a proporção de 43,9% de homens com carteira assinada, bem como a relação de empregadores, ou seja, homens em cargos de chefia compreendiam-se por 7% da população de homens ocupados, enquanto esse mesmo cargo era ocupado por apenas 3% das mulheres (ANEXO D).

No que tange às desigualdades salariais em relação ao sexo, os estudos apontam que, no ano de 2016 “nos trabalhos formais as mulheres ocupadas ganhavam 76,0% do rendimento dos homens, proporção que cresceu levemente desde 2012, quando foi de 73,0%. Entre os trabalhadores informais, a razão chegou a 63,5% [...]” (IBGE, 2017, n/p). E no que tange as desigualdades pela cor, os dados mostram que entre 2015 e 2016 o rendimento da população de trabalhadores pretos ou pardos representou 55,3% em relação ao rendimento dos trabalhadores brancos (IBGE, 2017).

Ainda segundo dados do IBGE (2014; 2016), a taxa de desocupação da população preta e parda foi superior a de brancos, bem como a taxa de desocupação das mulheres é superior em relação a dos homens (ANEXO E). Quando analisados os graus de escolaridade em relação ao quesito da etnia, também se encontram discrepâncias, visto que, em um mesmo grau de escolaridade, a taxa de desocupação dos negros continua extremamente superior a dos brancos, destruindo os mitos de que o desemprego entre as populações negras e pardas deve-se pela falta de qualificação e baixa escolaridade, conforme representado no gráfico 14, a seguir:

GRÁFICO 14 – Taxa de Desocupação das pessoas de 16 anos ou mais de idade, por cor ou raça, segundo níveis de instrução – Brasil – 2016



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016.

Ao analisar os dados sobre a pobreza em âmbito nacional e os dados em relação à pesquisa realizada com os/as usuários/as do plantão social, o resultado observado é o mesmo. Eles representam a incidência de um fenômeno denominado como “feminização da pobreza”¹², este que é incidente pelo fato do crescimento de lares chefiados por mulheres, solteiras, negras, em sua maioria com filhos, de baixa renda e baixa escolaridade. Além disso, sofrem as contradições de um sistema de acumulação e de uma sociedade patriarcal, tendo acesso a baixos salários, piores condições de trabalho, mais propensas ao desemprego. Essas mulheres pobres e negras acabam possuindo menos condições de superar essa situação em que se encontram de vulnerabilidade social, como confirmam os dados já apresentados.

Conforme já relatado anteriormente, seguido do programa bolsa família, o trabalho formal faz-se muito presente na comunidade, mas, vale ressaltar, que este pode estar associado a outros membros da família, podendo estar associado ao sexo masculino. No entanto, cabe-nos questionar que condição esses trabalhos formais estão dando a seus trabalhadores, visto que a média da renda per capita mensal das famílias fica inferior a meio salário-mínimo nacional.

¹² Ver mais em: COSTA; PINHEIRO; MEDEIROS; QUEIROZ (2005); NOVELLINO (2004);

Além desse fenômeno, observamos também a solidão vivenciada pelas mulheres negras e chefes de família que, em sua maioria, em idade adulta, encontram-se solteiras ou sozinhas por abandono ou por prisão do companheiro. Uma pesquisa realizada por Pacheco (2008) revelou que:

[...] i) A miscigenação vem sendo realizada muito mais pela preferência afetiva de homens negros por mulheres brancas ou mulheres de pele clara do que de mulheres negras por homens brancos; ii) as mulheres negras (pardas e pretas) são as menos preferidas para uma união afetiva estável pelos homens negros e brancos, perdendo na disputa matrimonial-afetiva para as mulheres brancas; iii) como resultante desta disputa haveria um excedente de mulheres negras solitárias, sem parceiros para contraírem uma união; iv) por outro lado, as negras perfazem maioria (mais de 50%) entre as mulheres solteiras, viúvas e separadas. (PACHECO, 2008, p. 154)

Dessa forma, podemos afirmar que atualmente a pobreza tem a face de uma mulher negra, chefe de família, solteira, de baixa renda e da periferia, não somente na comunidade na qual se realizou a pesquisa e se obteve esses dados, mas também no contexto brasileiro em geral devido à desigualdade de gênero, ao desemprego recorrente entre as mulheres, ao preconceito, à falta de acesso a direitos básicos e à escassez de políticas públicas voltadas às mulheres. Parafraseando Emicida sobre a realidade das mulheres negras, mães solteiras, pobres e da periferia: “Pra nós, punk é quem amamenta, enquanto enfrenta as guerra, os tanque, as roupas suja, vida sem amaciante [...] Desafia, vai dar mó treta quando disser que vi Deus, ele era uma mulher preta” (EMICIDA, 2015).

Essa realidade agrava-se ainda mais quando constatamos que, além de não haver políticas sociais específicas para essa nova face específica da pobreza, as políticas sociais existentes e principalmente as públicas, não chegam a esses segmentos populacionais conforme os dados já descritos anteriormente. Seguindo essa lógica, podemos responder o segundo e o terceiro objetivos: desvelar as demandas recorrentes solicitadas pelos/as usuários/as; e identificar as principais vulnerabilidades trazidas pelos/as usuários/as e observadas pelos profissionais.

As vulnerabilidades sociais observadas e/ou relatadas durante os atendimentos de plantão social estão diretamente associadas às demandas recorrentes dessa comunidade. Dentre tantas encontradas, as vulnerabilidades mais recorrentes foram: as dificuldades financeiras, o desemprego, problemas com habitação, a questão da violência urbana e tráfico de drogas, conforme descrito no quadro abaixo:

Quadro 3- Principais vulnerabilidades sociais e/ou expressões da questão social observadas/relatadas¹³ pelos/pelas usuários/as que acessaram ao Plantão Social da Pequena Casa da Criança no período de 2015 à outubro de 2017

Principais vulnerabilidades sociais/expressões da questão social observadas e/ou relatadas	Número de casos	Percentual
Dificuldades financeiras	36	21,2%
Questões de saúde na família	35	20,6%
Desemprego	19	11,2%
Conflitos familiares	12	7,1%
Problemas com habitação / habitação precária	12	7,1%
Interferência direta da violência urbana	8	4,7%
Interferência direta do tráfico de drogas	7	4,1%
Familiar apenado	7	4,1%
Dependência química	7	4,1%
TOTAL	143	84,2%

Fonte: Autoria Própria

Os dados apresentados no quadro 3 e os que serão apresentados a seguir também se caracterizam como de uma questão com múltiplas respostas, ou seja, em uma família podem ser observadas diversas expressões da questão social e em cada atendimento serão apresentadas diversas demandas. Assim, uma resposta não exclui a outra, mas podem se complementar.

Vale ressaltar, ainda, que, para as vulnerabilidades sociais e expressões da questão social que atravessam a vida dessas famílias, não se realizaram deduções, ou seja, considerando a renda média mensal das famílias, pode-se inferir que quase todas as famílias enfrentam dificuldades financeiras; no entanto, só foram considerados os dados explicitamente registrados nas fichas ou por leitura das evoluções realizadas, só o que fora relatados pelos/as usuários/as ou que fora observado e descrito pelo/a profissional responsável.

¹³ Selecionaram-se as principais e mais recorrentes vulnerabilidades devido ao grande número e diversidade dos dados obtidos

As vulnerabilidades descritas no quadro 3 estão intimamente associadas às demandas recorrentes dessa população, conforme podemos observar no gráfico 4, a seguir:

Quadro 4- Demandas recorrentes dos/das usuários/as que acessaram ao Plantão Social da Pequena Casa da Criança no período de 2015 à outubro de 2017

Demandas	Número de casos	Percentual
Isenção para confecção de segunda via de documentação	63	24,4%
Auxílio alimentação	59	22,9%
Doação de fraldas	41	15,9%
Orientações sobre benefícios, direitos e orientações gerais	30	11,6%
Doação de leite	23	8,9%
Doações diversas	12	4,7%
Doações de roupas	11	4,3%
Doação kit higiene	8	3,1%
Outras demandas	5	1,9%
Comprovante de residência	4	1,6%
Encaminhamento para emprego	2	0,8%
TOTAL	258	100%

Fonte: Autoria própria

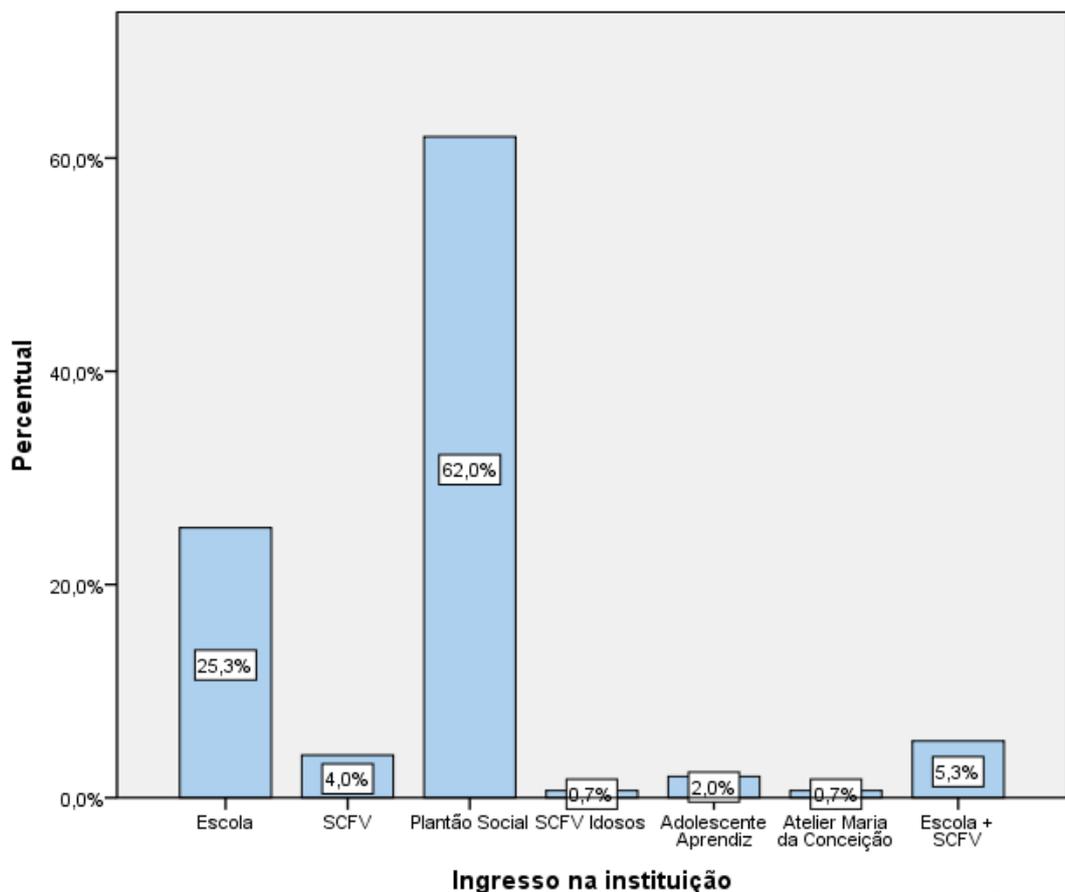
Os quadros 3 e 4 possibilitam a análise das vulnerabilidades sociais da comunidade atendida em consonância às demandas mais recorrentes e a compreensão de como o espaço tornou-se, principalmente, voltado ao atendimento de demandas pontuais. Diante de uma comunidade com tanta ausência de recursos, dificuldades de subsistência e de suprir suas necessidades básicas, fica extremamente difícil oferecer uma escuta qualificada a uma população que tem fome. No entanto, por mais desafiador que seja, consegue-se aliar a satisfação dessas necessidades básicas a um atendimento qualificado quando se analisa a demanda em sua totalidade, ou seja, o que vem mascarado por trás das demandas pontuais.

Analisando a principal vulnerabilidade observada e/ou relatada, sendo estas as dificuldades financeiras enfrentadas, compreendem-se as demandas recorrentes por doações e/ou auxílio alimentação. Bem como os problemas de saúde na família aliados às dificuldades financeiras apresentam-se pela busca de doação de fraldas e leite. As outras demandas que não estão tão associadas às doações apresentam um caráter mais burocrático do plantão social.

Assim, confirmamos as hipóteses e observações feitas anteriormente à realização da pesquisa de que o plantão social, ainda hoje, constitui-se como um

espaço burocrático, de demandas emergenciais e pontuais, principalmente no que tange à satisfação das necessidades básicas, mas que, apesar de todo seu peso histórico e contradições, têm muito potencial para se tornar um espaço que transforme essas demandas emergenciais em um trabalho político, coletivo, reflexivo para alcançar os objetivos profissionais condizentes com o projeto ético-político por meio desses espaços, como o plantão social. Este espaço, inclusive, tem uma grande importância na instituição em que se apresenta, visto que, segundo os dados encontrados, 62% dos usuários do plantão social ingressaram na instituição por esse espaço, conforme dados sistematizados abaixo no gráfico 15.

GRÁFICO 15 – Serviço de ingresso dos/as usuários/as do plantão social da Pequena Casa da Criança na respectiva instituição



Cruzando alguns dos dados encontrados até então, obtemos algumas conclusões como: a maioria das expressões da questão social atinge a população negra; a maioria dos/das usuários/ que solicitam auxílio alimentação, doação de leite

e/ou de fraldas nos atendimentos possui uma renda de até ½ salário-mínimo, da mesma forma que essas demandas vêm majoritariamente da população negra, enquanto da população branca a principal demanda que chega é mais “burocrática”, sendo esta a isenção para emissão da segunda via da identidade; os/as usuários/as que são beneficiários do programa bolsa família igualmente são negros/as também mais afetados pelo desemprego do que a população branca; a população que possui menor escolaridade também é a população negra, tendo a maioria atingido o maior nível do ensino fundamental incompleto.

Dessa forma, pode-se concluir que essa pesquisa representa um pequeno recorte do Brasil, no qual a população negra ainda é a mais atingida pela pobreza, pela miséria, pelo desemprego, pela baixa escolaridade e agora com um recorte muito forte de gênero, dando um “rosto” para o quadro da pobreza no país. Instituições como a Pequena Casa da Criança que atendem a essa população podem utilizar desses espaços como o plantão social para poder transformar de alguma forma essa geração de mulheres extremamente afetada pela vulnerabilidade social.

Em se tratando dos objetivos que nortearam essa pesquisa, pode-se afirmar que os mesmos foram alcançados. No que se refere aos objetivos específicos: desvelar as demandas recorrentes dos/das usuários/as; analisar as vulnerabilidades sociais presentes na comunidade; identificar a frequência de acesso dos/das usuários/as ao plantão social, foram alcançados plenamente. Contudo, o objetivo específico que se refere ao aprimoramento das fichas sócio-econômicas por meio dos resultados e percepções obtidas durante o processo ainda não fora alcançado.

Por meio dos objetivos alcançados, atingiu-se o objetivo geral de: “Conhecer o perfil sócio-demográfico e dos usuários que acessaram e acessam ao Plantão Social desenvolvido na Pequena Casa da Criança no período de 2015 a 2017, considerando a ancoragem do trabalho do assistente social no acesso aos direitos sociais e no fortalecimento do projeto ético-político profissional brasileiro”.

Propõe-se, após a conclusão desta investigação a realização de alguns trabalhos coletivos, como, por exemplo, um grupo de mulheres para trabalhar a importância do movimento feminista, a consciência de classe e racial, bem como temas que também acarretam as populações de mulheres negras e de baixa renda como a gravidez na adolescência, a violência doméstica, o preconceito, o encarceramento e dizimação dessa população e a violência urbana.

Além disso, sugerem-se atividades que possam incentivar essas mulheres a serem atuantes em espaços políticos e democráticos, que também são seus por direito; que possamos disseminar a informação, a coragem e a vontade de lutar; que sejamos sempre viabilizadores da voz e nunca do silêncio; e que possamos no dia-a-dia incentivar as possíveis pequenas e futuras grandes revoluções.

5 CONCLUSÕES

Após o término desse trabalho, avalia-se que, em se tratando dos objetivos que nortearam esse trabalho de conclusão, pode-se afirmar que os mesmos foram alcançados plenamente, sendo eles: realização de revisão dos documentos provenientes do processo de estágio, problematização da temática do plantão social por meio de uma análise histórica e da experiência de estágio, evidenciados resultados da intervenção realizada por meio da assistência do trabalho junto às famílias e da pesquisa sobre o perfil da comunidade usuária do plantão social.

O objetivo geral de apresentar a experiência de Estágio Curricular Obrigatório realizada na Pequena Casa da Criança, por meio das dimensões de ensino, pesquisa e assistência, com vistas a contribuir na qualificação do trabalho do assistente social, no plantão social, também fora alcançado plenamente, visto que a experiência de estágio e, principalmente, o projeto de intervenção foram os motivadores deste trabalho e da pesquisa realizada, contribuindo para o Serviço Social na instituição.

Ao concluir os Estágios Obrigatórios e uma pesquisa científica na política de assistência social, observa-se o quanto esta política ainda sofre interferências muito grandes do seu passado assistencialista e da dificuldade de se constituir enquanto direito dos cidadãos e não mais como favor. Sendo assim, segundo as autoras: “esta área de intervenção do Estado caracterizou-se historicamente como não política, renegada como secundária e marginal no conjunto das políticas públicas (COUTO; YAZBEK; RAICHELIS, 2012, p. 55)”.

Essas características da política de assistência social refletem na forma como alguns espaços desenvolvem-se, na falta e escassez de recursos a ela repassadas, sendo historicamente uma política “renegada”. O plantão social na política de assistência social assume o peso histórico dessa política e também da sua própria história.

A experiência vivenciada e trabalhada com a temática do plantão social representou, acima de tudo, uma superação de limites próprios e pré-conceitos com o espaço que se mostrava sem uma objetividade concreta em uma primeira aproximação e análise. Além disso, representou um amadurecimento pessoal, de forma que se passou por cima dos próprios interesses de pesquisa e intervenção para intervir em uma necessidade e demanda latente da instituição de estágio.

Em um primeiro momento, o plantão social representava um espaço “sem possibilidades”, no qual se imaginava não haver muito o que ser feito para alterar a realidade já instituída. Ao realizar uma nova análise sobre esse espaço e sobre as possibilidades que ele apresentava, pôde-se perceber o quanto se tratava de um espaço que ofereceria muitas alternativas renovadoras para o trabalho com famílias. Dessa forma, interviu-se com pequenas mediações que deram início a um processo, talvez lento, mas de renovação desse espaço sócio-institucional. Acredita-se, inclusive, que a categoria da mediação, aliada às outras categorias do método e a outros instrumentos da profissão podem ser uma boa alternativa para a superação dos desafios diários impostos ao trabalho dos/das assistentes sociais, bem como para superação da superficialidade, alcançando formas de trabalho renovadoras.

O primeiro contato com a pesquisa também representou uma superação pessoal, acadêmica e profissional, visto que fora uma das poucas ou únicas pesquisas realizadas na instituição de Estágio e no Serviço Social. Além disso, tudo fora sendo descoberto e estudado aos poucos e com meios próprios, como o desenvolvimento da análise dos dados quantitativos por meio do Software SPSS, o qual nunca havia sido utilizado.

Referente ao processo de Estágio Curricular Obrigatório na Pequena Casa da Criança, avalia-se a representatividade do “terceiro setor” nas políticas sociais, a importância que essas instituições representam para a comunidade que se inserem diante de um contexto de minimização estatal, o vínculo religioso da maioria dessas instituições e a influência sobre os moradores, a falta de recursos públicos para o desenvolvimento do trabalho, os discursos de solidariedade e a captação de recursos.

Avalia-se também e, principalmente, a autonomia relativa dos/das profissionais de Serviço Social, quando agravados nas instituições privadas e com vínculo religioso, representando um limite ao trabalho profissional. Na conjuntura atual, os/as assistentes sociais têm encontrado muitos limites para o desenvolvimento de seu trabalho em espaços cada vez mais precários e com vínculos de trabalho, muitas vezes, terceirizados. Nessa perspectiva, pode-se afirmar que:

[...] Os assistentes sociais, apesar do pouco prestígio social e dos baixos salários, formam uma categoria que tem ousado sonhar, que tem ousado ter firmeza na luta, que tem ousado resistir aos obstáculos, porque aposta na história, construindo o futuro, no presente. (IAMAMOTO, 2015, p. 80)

Durante o processo de formação, pudemos constatar a precarização cada vez maior das políticas e do trabalho assalariado dos/as profissionais, as privatizações e terceirizações em massa, a precarização e a mercantilização do ensino no qual se vivencia uma intensificação da ofensiva neoliberal e nos preocupamos com o mercado de trabalho que encontraríamos, igualmente às condições de vida da população usuária dos serviços. Em contrapartida a isso, buscamos manter a esperança e não desistimos de tentar, resistir e sonhar, pois acreditamos que é possível e, assim, resistimos. Segundo Iamamoto:

[...] O momento que vivemos é um momento pleno de desafios. Mais do que nunca é preciso ter coragem, é preciso ter esperanças para enfrentar o presente. É preciso resistir e sonhar. É necessário alimentar os sonhos e concretizá-los dia-a-dia no horizonte de novos tempos mais humanos, mais justos, mais solidários (IAMAMOTO, 2015).

Nessa lógica, em um momento de ofensiva neoliberal, desmonte de direitos, precarização dos serviços e do trabalho, podemos utilizar de estratégias possíveis para instrumentalizar nosso trabalho, qualificando os serviços prestados à comunidade, como o ensino, a pesquisa e outros recursos que podemos utilizar no trabalho dos/das assistentes sociais, categoria profissional que também tem sentido na pele o agravamento das ondas conservadoras e do senso comum, os desmontes nas políticas e o agravamento da questão social.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maria Helena Elpídio. Território, Política Social e Serviço Social. Campinas: Papel Social, 2016, 320 p.

BARBOSA, Amanda Cardoso. Reflexões sobre a política de assistência social brasileira: Assistencialismo, política social e cidadania. In: 4º SIMPÓSIO MINEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS - CRESS-MG. 2015

BEHRING, E. R. Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. Política Social: Fundamentos e História. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2008

BRAGAGNOLO, Cristina. Avaliação do programa bolsa família. Porto Alegre, 2017

BRAGAGNOLO, Cristina. Análise sócio institucional: Pequena Casa da Criança, 60 anos de resistência, Porto Alegre, 2016.

BRAGAGNOLO, Cristina. O espaço do plantão social nas discussões da categoria profissional do serviço social. Trabalho realizado para a disciplina de Pesquisa II, Porto Alegre, 2017.

BRASIL. Lei nº 9.790 de 23 de março de 1999.

_____. Constituição Brasileira de 1988

_____. Política Nacional de Assistência Social, MDS, 2004

_____. Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

_____. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

_____. Política Nacional de Assistência Social, MDS, 2004

BRITO, Maria Argenice de Sousa. Plantão social: De prática institucional para serviço público de direito contribuições para a gestão do SUAS – Sistema Único de Assistência Social. Tese (Doutorado em Serviço Social) – PUC/SP. São Paulo, 2005.

CAPUZZO, Nely. Miséria, quem te gerou?. 2.ed. Porto Alegre: Luzzatto, 1984.

CARVALHO, Graziela Figueiredo de. A assistência social no Brasil: Da caridade ao direito. Monografia, PUC/RJ, 2008. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/11992/11992.PDF>

CASTEL, R. As metamorfoses da questão social: Uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998

CASTRO, Mary Garcia. Feminização da pobreza em cenário neoliberal. In: I CONFERÊNCIA ESTADUAL DA MULHER. Coordenadoria Estadual da Mulher, Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Anais... 1999

CFESS. Código de Ética do/a Assistente Social. 10.ed. Brasília: CFESS, 2012

CFESS. Atribuições privativas do/a assistente social em questão. CFESS, 2012.

CFESS. RESOLUÇÃO CFESS nº 493/2006 de 21 de agosto de 2006

CMAS. Atas das plenárias, 2015. Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/emas/default.php?p_secao=96

CMAS. Atas das plenárias, 2016. Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/emas/default.php?p_secao=100

COSTA, J. S. et al. A face feminina da pobreza: sobre-representação e feminização da pobreza no Brasil. IPEA, 2005.

COUTO, Berenice Rojas. O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível? São Paulo: Cortez, 2006.

COUTO, B.; YAZBEK, M. C.; RAICHELIS, R. A política nacional de assistência social e o Suas: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos. In: _____ (Orgs.). O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento. 3. ed.rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2012

DOHER, Ilma; COSTA, Dácia Cristina Teles. Atendimentos em um plantão do serviço social: Inclusão nas políticas de seguridade social ou reafirmação dos critérios de seletividade? IN: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 10., Anais... 2001, Rio de Janeiro.

DRAIBE, S. M.; AURELIANO, L. A especificidade do "Welfare State" brasileiro. In: MPAS/CEPAL. A política social em tempos de crise: articulação institucional e descentralização. Brasília: MPAS/CEPAL, 1989, v.3

DURIGUETTO, Maria Lucia. Política de Assistência Social e Serviço Social: Dilemas e Desafios da Intervenção Profissional. Revista Libertas, v. 11, n. 1, 2011. Disponível em: <https://libertas.ufjf.emnuvens.com.br/libertas/article/view/1276/1003>

EMICIDA. Mãe (Part. Dona Jacira e Anna Tréa). São Paulo: Laboratório Fantasma: 2015. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=D_-j32_Ryc0

ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

ESCORSIM, Silvana Maria. A filantropia no Brasil: entre a caridade e a política de assistência social. Revista Espaço Acadêmico, nº 86. Mensal. Julho de 2008. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/086/86escorsim.htm>

FERNANDEDES, Rosa Maria Castilhos; HELLMANN, Aline. Dicionário crítico: Política de Assistência Social no Brasil. UFRGS, 2016.

FERNANDES, M. SILVA, M., JOANINI, S. Plantão em Serviço Social: elementos para reflexão. Cadernos de Serviço Social. Campinas: Faculdade de Serviço Social/PUCAMP, n.13, p.52-60,1998.

FERNANDES, F. A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. 3.ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987

FERNANDES, Fernando Lannes. Os discursos sobre as favelas e os limites ao direito à cidade. Periódico Cidades, Presidente Prudente, 2(3), jan.-jun. 2005, pp. 37-62.

FERNANDES, Rosa Maria Castilhos; MACIEL, Ana Lucia; CLOSS, Michele. O perfil e a incidência do terceiros setor nas políticas públicas: a realidade gaúcha em análise. Revista de Políticas Públicas. V.16,n.1. Universidade Federal do Maranhão, janeiro/junho 2012.

FILGUEIRAS, Luiz. O Neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. In: BASUALDO, Eduardo M.; ARCEO, Enrique. (Org.). Neoliberalismo y Sectores Dominantes - tendencias globales y experiencias nacionales. Buenos Aires: CLACSO - Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006, v. 1, p. 179-206

FONSECA. Tatiana Maria Araújo da. A deficiência no interior da política de assistência social: um balanço sócio-histórico. O social em Questão. N. 30. 2013. Disponível em http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_30_Fonseca_16.pdf

GELINSKI, Carmen Rosario Ortiz Gutierrez; MOSER, Liliane. Mudanças nas famílias brasileiras e a proteção desenhada nas Políticas Sociais. In: MIOTO, Regina Célia Tamaso; CAMPOS, Marta Silva; CARLOTO, Cássia Maria. Familismo Direitos e Cidadania: Contradições da política social. São Paulo: Cortez, 2015. p. 125-145.

HAMILTON, Gordon. Teoria e Prática do Serviço Social de Casos. 2.ed. Rio de Janeiro: Agir 1973.

IAMAMOTO, Marilda V. O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e formação profissional. 26.ed. São Paulo: Cortez, 2015

IBGE. Indicadores de cor ou raça, segundo a Pesquisa Mensal de Emprego. Março de 2009.

IBGE. Mulher no mercado de trabalho: Perguntas e respostas. Pesquisa mensal de Emprego – PME, 2010.

IBGE. O trabalho da mulher principal responsável no domicílio. Pesquisa Mensal de Emprego – PME, 2006

IBGE. Algumas características da inserção das mulheres no mercado de trabalho. Pesquisa Mensal de Emprego, Rio de Janeiro, 2008

IBGE. Síntese de Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira 2014. Estudos & Pesquisas: Informação demográfica e socioeconômica, nº 34, 2014

IBGE. Síntese de Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira 2015. Estudos & Pesquisas: Informação demográfica e socioeconômica, nº 35, 2015

IBGE. Síntese de Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira 2016. Estudos & Pesquisas: Informação demográfica e socioeconômica, nº 35, 2016

IBGE. Síntese de Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira 2017. Estudos & Pesquisas: Informação demográfica e socioeconômica, nº 37, 2017

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Algumas características da força de trabalho por cor ou raça, 2015

KERBER, Alessandro. O mito de maria degolada: estudo sobre as representações de um espaço da cidade de Porto Alegre. Biblos, Rio Grande, 16: 63-71, 2004.

MARX, K. Crítica da Filosofia do Direito de Hegel. Introdução. Temas de Ciências Humanas, n. 2. São Paulo, 1977.

MASSIMO, Lucas. Como se explica o neoliberalismo no Brasil? Uma análise crítica dos artigos publicados na revista dados. Revista de sociologia e política v. 21, nº 47: 133-153 set. 2013

MIOTO, Regina Célia. Família, trabalho com famílias e Serviço Social. Serviço Social em Revista, [s.l.], v. 12, n. 2, p.163-176, dez. 2010. Universidade Estadual de Londrina. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5433/1679-4842.2010v12n2p163>.

____; NOGUEIRA, V. M. R. Política Social e Serviço Social: os desafios da intervenção profissional. Rev. Katálysis, Florianópolis, v.16 no.spe, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802013000300005

____; CAMPOS, M. S.; CARLOTO, C. M. (Orgs.). Familismo, direitos e cidadania: contradições da política social. São Paulo: Cortez, 2015. 248 p.

MACEDO, Márcia dos Santos. Mulheres chefes de família e a perspectiva de gênero: trajetória de um tema e a crítica sobre a feminização da pobreza. Caderno Crh, Salvador, v. 21, n. 53, p. 389-404, Maio/Ago. 2008

MONTAÑO, Carlos E. O projeto neoliberal de resposta à “questão social” e a funcionalidade do “terceiro setor. Disponível em: http://www4.pucsp.br/neils/downloads/v8_carlos_montano.pdf

MONTAÑO, Carlos. Terceiro setor e questão social; crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002. 288 p.

MONTEIRO, Fernanda de Oliveira. Plantão social: espaço privilegiado para identificação/notificação de violência contra crianças e adolescentes. Serv. Soc. Soc., nº 103, São Paulo, July/Sept. 2010

MUNIZ, M. C. S.; NUNES, T. C. Ideologia neoliberal e a sua incidência na assistência social: identificação de tendências. In: VII JORNADA INTERNACIONAL POLÍTICA PÚBLICAS, Anais... 2015. Disponível em: [http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo 14/ideologia-neoliberal-e-incidencia-na.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo%2014/ideologia-neoliberal-e-incidencia-na.pdf)

NETTO, J. P. Crise do Socialismo e Ofensiva Neoliberal. Cortez. São Paulo. 1993.

NETTO, J. P. A construção do projeto ético-político contemporâneo. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 1. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999.

NETTO, José Paulo. Crise do capital e consequências societárias. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n.111, p. 413-429, 2012.

NOVELLINO, Maria Salet Ferreira. Os estudos sobre feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres. In: XIV ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, Anais... ABEP, Caxambú-MG – Brasil, de 20- 24 de Setembro de 2004

OLIVEIRA, Rodrigo Ferreira. A contra-reforma do Estado no Brasil: uma análise crítica. Revista Urutagua, Maringá, nº 24, 2011

PACHECO, Ana Cláudia Lemos. Branca para casar, mulata para f..., negra para trabalhar: escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em salvador, Bahia.. 2008. 324 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008b

PACHECO, Ana Cláudia Lemos. Raça, gênero e relações sexual-afetivas na produção bibliográfica das ciências sociais brasileiras – um diálogo com o tema. Afro-Ásia, nº 34, 2016, 153-188a

PEREIRA, Jordeana Davi; SILVA, Sheyla Sueli de Sousa; PATRIOTA, Lucia Maria. Políticas sociais no contexto neoliberal: Focalização e desmonte. Revista Qualitas, v. 5, n. 3, 2006.

PONTES, R. N. Mediação: categoria necessária para a prática do assistente social. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social; Conselho Federal de Serviço Social; Universidade de Brasília - CEAD. (Org.). Capacitação Em Política social e Serviço Social . V. 3, 2000.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço. São Paulo: EdUsp, 2002.

SANTOS, Tássia Rejane Monte dos. As políticas sociais e a luta de classes: tendências e desafios contemporâneos. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 4., 2009, São Luís. Anais... . Sao Luís: Ufma, 2009. p. 2 - 9.

SCHAEFER, Carolina Silva. O Plantão Social na ECT: Discussões acerca do processo de trabalho do assistente social. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social). Florianópolis, 2008

SILVA, Flávia Gonçalves da. Subjetividade, individualidade, personalidade e identidade: concepções a partir da psicologia histórico-cultural. Psicologia da Educação, São Paulo, v. 28, n. 0, p.169-195, jun. 2009. Semestral. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752009000100010&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 18 maio 2018.

SILVA, Ademir Alves da. Serviço Social e direitos sociais no contexto da crise. Serv. Soc. Soc., São Paulo, s/v, n. 99, p.444-457, jul/set 2009. Trimestral.

SILVA, José Fernando Siqueira da; SILVA, Maria de Fátima P. da; SANTOS, Rosilene Mendes dos. Rediscutindo o Plantão Social. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS. Rio de Janeiro. Anais... 10, 2001. 1 CD ROOM.

SOARES, Sergei Suarez Dillon. O perfil da discriminação no mercado de trabalho – Homens negros, mulheres brancas e mulheres negras. IPEA, 2000

SODRÉ, Francis. Serviço Social e o campo da saúde: para além de plantões e encaminhamentos. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n.103, July/Sept. 2010.

SOUSA, M. I. N. F. de. O Plantão do Serviço Social nas Unidades Básicas de Saúde – UBS de Franca - reflexão dessa prática sob um novo olhar. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Estadual Paulista, Franca, 2004.

SOUZA, S. A. S.; GONÇALVES, S. F. Política de Assistência Social: uma breve análise de seus avanços e retrocessos IN: 6º SEMINÁRIO NACIONAL ESTADO E POLÍTICAS SOCIAIS; 2º SEMINÁRIO DE DIREITOS HUMANOS, 15 a 18 de setembro de 2014, Anais... Unioeste – PR.

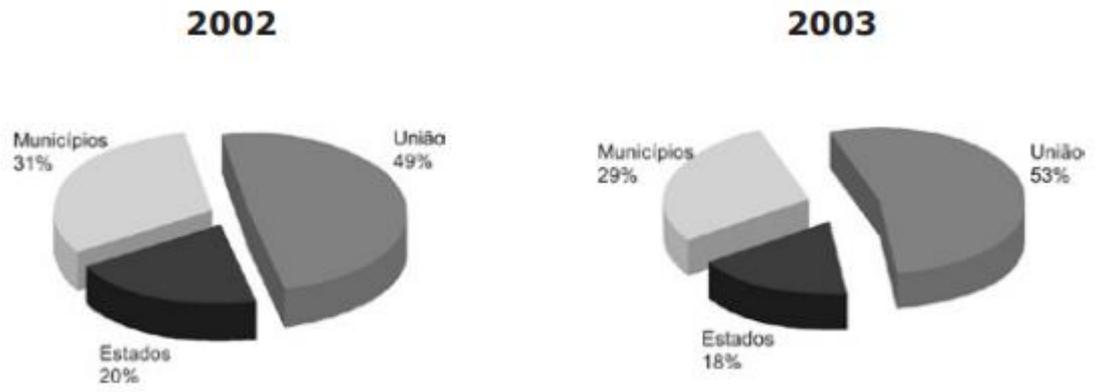
SPOSATI, A. A menina LOAS: um processo de construção da Assistência Social. São Paulo: Cortez, 2004.

VASCONCELOS, A. M. Serviço Social e Práticas Democráticas em Saúde. In: MOTA, A. E. et al. (orgs.). Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2006

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. Serv. Soc. Soc., São Paulo, nº 110, Apr./June 2012.

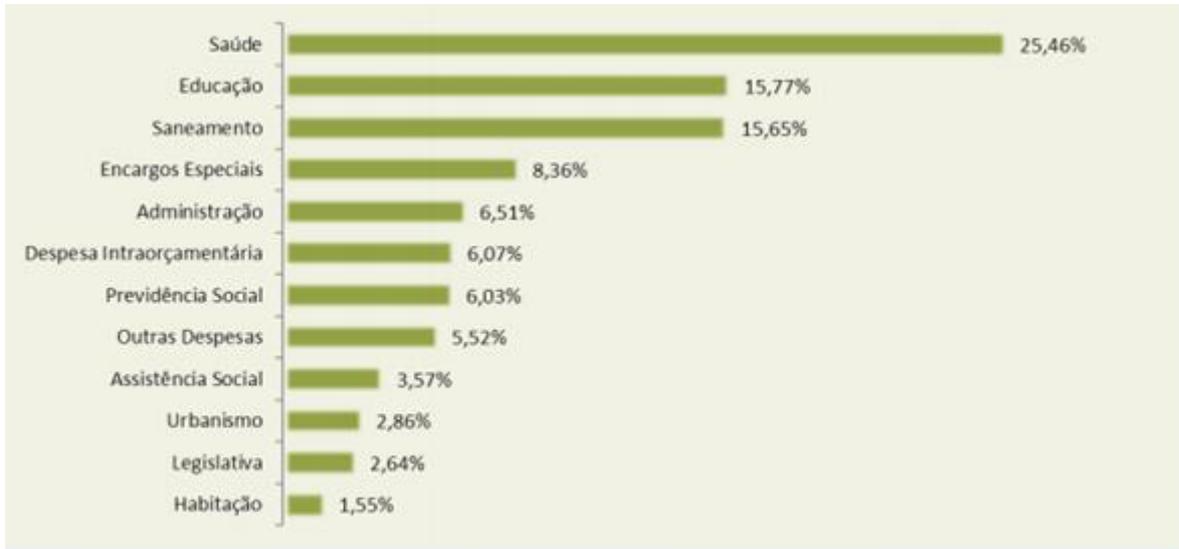
ANEXOS

ANEXO A- Participação dos Entes nos Gastos com Assistência Social

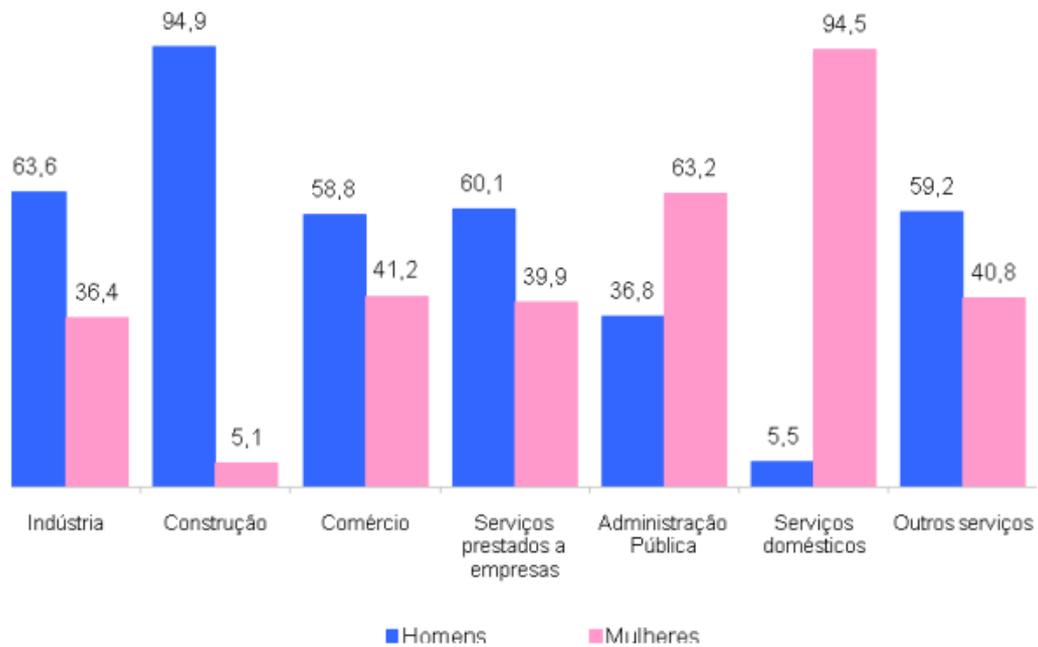


Fonte: PNAS (2004)

ANEXO B- Gráfico sobre os investimentos do município de Porto Alegre, por política no ano de 2016



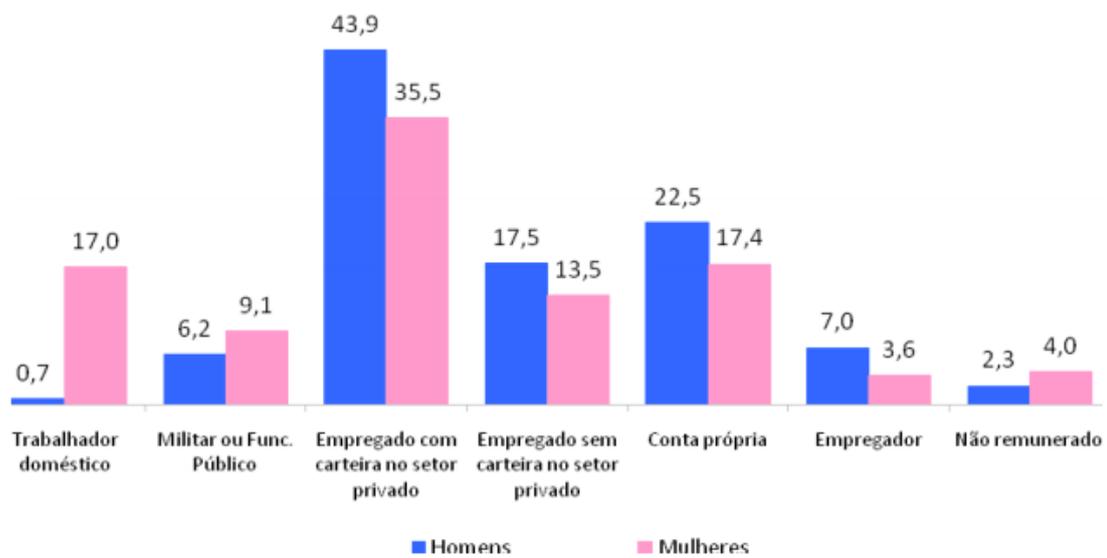
Fonte: Balanço das Finanças Públicas 2016 – PROCEMPA

ANEXO C- População ocupada por atividades, segundo o sexo (2009)**Distribuição da população ocupada, por grupamentos de atividade, segundo o sexo
2009***

Fonte: IBGE (2009)

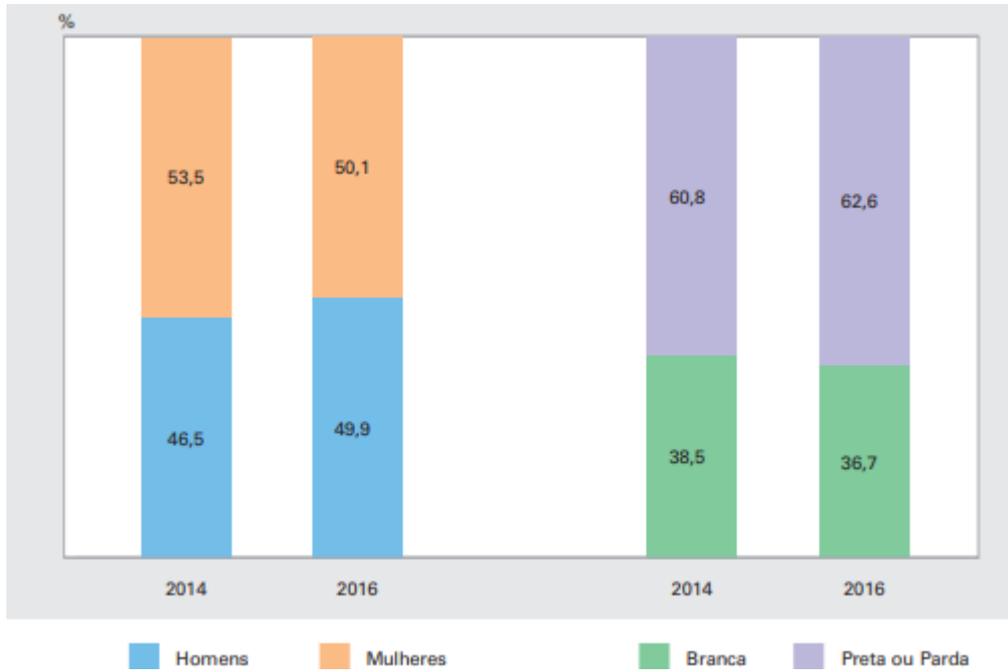
ANEXO D- Distribuição da população ocupada, por formas de inserção, segundo o sexo (2009)

Distribuição da população ocupada, por formas de inserção, segundo o sexo – 2009*



Fonte: IBGE (2009)

ANEXO E - Percentual das pessoas de 16 anos ou mais de idade desocupadas na semana de referência, segundo o sexo e a cor ou raça - Brasil - 2014/2016



FONTE: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2014/2016

ANEXO F- Parecer consubstanciado do CEP para realização da pesquisa

UFRGS - INSTITUTO DE
PSICOLOGIA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O PLANTÃO SOCIAL NA PEQUENA CASA DA CRIANÇA: Caracterização sociodemográfica e econômica dos (as) usuários (as)

Pesquisador: Alzira Maria Baptista Lewgoy

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 76737217.8.0000.5334

Instituição Proponente: Instituto de Psicologia - UFRGS

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.316.698

Apresentação do Projeto:

Pesquisa documental sobre o perfil socioeconômico e demográfico dos usuários que acessam ou acessaram a Pequena Casa da Criança nos anos de 2015, 2016 e 2017.

Objetivo da Pesquisa:

- Conhecer o perfil dos usuários que acessam o plantão no referido período
- Analisar as vulnerabilidades sociais da população atendida
- Identificar a frequência de acesso ao plantão social da instituição
- Aprimorar a ficha socioeconômica da instituição

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

A pesquisadora coloca como riscos da pesquisa o preenchimento inadequado das fichas. Esse quesito se refere ao risco para os sujeitos da pesquisa. Por ser pesquisa documental somente, os riscos são considerados mínimos.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Os procedimentos metodológicos estão claros. Apresenta justificativa para a não apresentação de TCLE por ser pesquisa documental e, no documento, garante o sigilo dos dados e o anonimato dos participantes, uma vez que não se trata de banco de dados desidentificado. Todas as fichas possuem nomes dos usuários. Alega que não pode buscar assinatura dos usuários devido a difícil

Endereço: Rua Ramiro Barcelos, 2600

Bairro: Santa Cecília

CEP: 90.035-003

UF: RS

Município: PORTO ALEGRE

Telefone: (51)3308-5698

Fax: (51)3308-5698

E-mail: cep-psico@ufrgs.br

**UFRGS - INSTITUTO DE
PSICOLOGIA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO**



Continuação do Parecer: 2.316.698

localização dos mesmos e pelo fato de muitos não estarem mais sendo atendidos na instituição.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Apresenta aprovação do projeto pela comissão científica. Apresenta orçamento adequado. Possui carta de anuência institucional assinada e garantindo o anonimato dos participantes. Os dados serão agregados, não sendo identificados os sujeitos.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto está eticamente e metodologicamente adequado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_996232.pdf	15/09/2017 12:30:27		Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	tcicomite.pdf	15/09/2017 12:25:46	Alzira Maria Baptista Lewgoy	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	justificativatcle.pdf	15/09/2017 12:25:10	Alzira Maria Baptista Lewgoy	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETOFINAL.pdf	13/09/2017 14:46:40	Alzira Maria Baptista Lewgoy	Aceito
Outros	parecercompesq_institutopsico_outros.pdf	13/09/2017 14:46:17	Alzira Maria Baptista Lewgoy	Aceito
Orçamento	orcamento.pdf	13/09/2017 14:38:49	Alzira Maria Baptista Lewgoy	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	13/09/2017 14:38:09	Alzira Maria Baptista Lewgoy	Aceito
Folha de Rosto	folharosto.pdf	13/09/2017 14:35:10	Alzira Maria Baptista Lewgoy	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Rua Ramiro Barcelos, 2600

Bairro: Santa Cecília

CEP: 90.035-003

UF: RS

Município: PORTO ALEGRE

Telefone: (51)3308-5698

Fax: (51)3308-5698

E-mail: cep-psico@ufrgs.br

UFRGS - INSTITUTO DE
PSICOLOGIA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO



Continuação do Parecer: 2.316.698

PORTO ALEGRE, 05 de Outubro de 2017

Assinado por:
Clarissa Marcell Trentini
(Coordenador)

Endereço: Rua Ramiro Barcelos, 2600

Bairro: Santa Cecília

CEP: 90.035-003

UF: RS

Município: PORTO ALEGRE

Telefone: (51)3308-5698

Fax: (51)3308-5698

E-mail: cep-psico@ufrgs.br